

AGENDA DA **Câmara**  
**EMPREENDEDORA**



## **Adaptado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul – Sebrae/MS**

É permitida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, desde que divulgada a fonte.

### **INFORMAÇÕES E CONTATOS**

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS

Av. Mato Grosso, 1661 - Centro, Campo Grande - MS, 79002-950

Telefone: **0800 570 0800** | Home: [ms.sebrae.com.br](http://ms.sebrae.com.br)

### **SEBRAE/MS**

Presidente do Conselho Deliberativo | **MAURÍCIO KOJI SAITO**

Diretor Superintendente | **CLÁUDIO GEORGE MENDONÇA**

Diretora Técnica | **SANDRA AMARILHA**

Diretor de Operações | **TITO MANUEL SARABANDO BOLA ESTANQUEIRO**

Unidade de Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

Gerente | **JORGE VENEZA**

Coordenadora | **KASSIELE NARDI**

Analistas:

**ARIANA GOMES DE CARVALHO**

**JULIO CESAR DA SILVA**

**KELLY DE SOUZA BRANDÃO**

**LUCAS BORELLI DE BRITO**

**PRISCILA VELOSO SILVA**

**ROBERTA APARECIDA MARCA**

## O papel do vereador no fortalecimento dos pequenos negócios

Apoiar o sucesso dos pequenos negócios é o que move o Sebrae/MS, por meio de capacitações, orientações e soluções que ajudam a transformar ideias em negócios sustentáveis. Esse é o nosso papel. E para que o empreendedor consiga ter uma jornada mais simplificada, e consiga ir mais longe, também atuamos no fortalecimento do ambiente de negócios, por meio da articulação com o poder público, ampliando caminhos para que os pequenos empreendimentos cresçam e se desenvolvam. Nesse processo, o Sebrae é parceiro das Câmaras Municipais, por reconhecer a sua relevância não apenas na representação da população, mas também na construção de um futuro com mais oportunidades.

Sabemos que a atuação do vereador é estratégica para o desenvolvimento dos municípios. É no legislativo que se criam, revisam e aprimoram leis que impactam diretamente o dia a dia da população e das empresas. Ao olhar para o empreendedorismo como uma pauta prioritária, o vereador contribui para a construção de um ambiente mais favorável aos negócios, incentivando a geração de emprego e renda, além de fortalecer a economia local. Pequenos negócios são responsáveis por uma parcela significativa da movimentação econômica dos municípios, e inclui-los na agenda pública é essencial para garantir crescimento de forma equilibrada e inclusiva.

Nesse contexto, esta Agenda da Câmara Empreendedora foi criada como um instrumento de apoio ao trabalho legislativo. O material reúne boas práticas e sugestões de ações que contribuem para a melhoria do ambiente de negócios, com foco na simplificação de processos, redução da burocracia e criação de condições mais favoráveis para quem deseja empreender. Mais do que um guia, trata-se de um convite para que o vereador incorpore uma visão empreendedora em sua atuação, considerando o impacto das decisões públicas no desenvolvimento econômico e social do município.

A agenda também apresenta o programa Cidade Empreendedora, principal iniciativa do Sebrae/MS, executada em parceria com o Governo do Estado e com as gestões municipais. O programa tem como objetivo transformar a economia local a partir do fortalecimento dos pequenos negócios, promovendo impactos que vão além da geração de renda, alcançando a melhoria da qualidade de vida da população. Entre os eixos de atuação, destacam-se iniciativas como a Sala do Empreendedor, o incentivo ao empreendedorismo nas escolas e ações de inclusão socioproductiva, entre outras frentes que têm colocado Mato Grosso do Sul como referência nacional nesse projeto.

Os resultados já observados demonstram que, quando o empreendedorismo é incentivado e apoiado de forma estruturada, os impactos são amplos. A promoção da autonomia, por meio da geração de renda, contribui diretamente para a redução da pobreza, por exemplo. Em um estado que vem se destacando pelo crescimento acima da média nacional, é fundamental que esse movimento seja perene e alcance cada vez mais pessoas.

Por isso, vereador, é importante reforçar: o seu papel é fundamental nesse processo. Ao adotar uma postura empreendedora, você se torna protagonista na construção de um município mais dinâmico, inovador e inclusivo. Suas decisões têm o poder de simplificar a jornada de quem sonha em empreender.

O Sebrae seguirá ao seu lado nessa trajetória, oferecendo apoio, conhecimento e parceria para que, juntos, possamos construir um ambiente cada vez mais favorável aos pequenos negócios e, conseqüentemente, ao desenvolvimento sustentável dos nossos municípios.



**Claudio Mendonça** – Diretor Superintendente do Sebrae/MS.

# Sumário

**Agenda da Câmara Empreendedora | 11**

**1° EIXO - Gestão e Políticas Públicas | 17**

**2° EIXO - Lideranças Locais e Governança | 31**

**3° EIXO - Simplificação | 45**

**4° EIXO - Sala do Empreendedor | 75**

**5° EIXO - Compras Públicas e Acesso ao Crédito | 90**

**6° EIXO - Empreendedorismo na Escola | 112**

**7° EIXO - Inclusão Socioprodutiva | 124**

**8° EIXO - Identidade, Vocações e Mercado | 137**

**9° EIXO - Inovação | 150**

**10° EIXO - Resiliência Climática e Sustentabilidade | 163**

# Dados Pessoais.

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

Bairro:

Estado:

Telefone:

Celular:

Email:

Mídias Sociais:

# Dados Legislativos.

Legislatura:

Partido:

Bancada:

Comissões:

Comissões:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Site:



# 2026

## Janeiro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

## Fevereiro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

## Março

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

## Abril

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

## Maio

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

## Junho

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

## Julho

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

## Agosto

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
				1	2	
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

## Setembro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

## Outubro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

## Novembro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

## Dezembro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

# 2027

## Janeiro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
			1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

## Fevereiro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28

## Março

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

## Abril

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

## Maio

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
				1	2	
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

## Junho

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

## Julho

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

## Agosto

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

## Setembro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

## Outubro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
			1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

## Novembro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

## Dezembro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

# 2028

## Janeiro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
				1	2	
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

## Fevereiro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29					

## Março

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

## Abril

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
				1	2	
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

## Mai

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

## Junho

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

## Julho

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
				1	2	
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

## Agosto

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

## Setembro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

## Outubro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
					1	
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

## Novembro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

## Dezembro

Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa	Do
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

# Agenda da Câmara Empreendedora

O termo empreendedorismo pode, à primeira vista, parecer fora de contexto quando associado ao papel do vereador. No entanto, esse conceito, amplamente difundido e reconhecido na sociedade, refere-se à capacidade de idealizar e concretizar projetos em diversas áreas da vida - não apenas no campo empresarial, social ou econômico.

*Ser vereador empreendedor é fazer a diferença no desenvolvimento da sua cidade.*

**Empreender** é um verbo de ação. Ele envolve a capacidade de sonhar, desejar, inspirar e ter uma visão proativa diante de problemas e desafios, buscando fazer diferente e fazer a diferença.

E essa mentalidade empreendedora está diretamente conectada à missão do vereador, que atua como a liderança mais próxima da comunidade, ouvindo seus anseios e transformando demandas em políticas públicas e serviços que atendam às reais necessidades da população.

Você, vereador, é peça fundamental no processo de desenvolvimento de seu município, é a ponte que conecta as vozes dos bairros e das cidades às soluções que precisam ser concretizadas.

E o poder dos legislativos municipais no Brasil é significativo: são mais de 57 mil vereadores atuando em todo o país. Somente em Mato Grosso do Sul, são mais de 838 vereadores, distribuídos entre 79 municípios. Esse contingente tem um potencial inestimável para mobilizar pessoas em torno de objetivos comuns e transformar a vida de milhões de cidadãos.

Além disso, é importante lembrar que as micro e pequenas empresas são a principal força motriz da economia local. Elas representam 91% das empresas no Brasil, somando 21 milhões de pequenos negócios que geram 70% dos novos empregos formais e respondem por 27% do PIB nacional.



Pensando nesse enorme campo de atuação, o Sebrae disponibiliza aos vereadores a Agenda da Cidade Empreendedora, uma ferramenta estratégica que pode inspirar e orientar o trabalho parlamentar. Ela não apenas oferece um panorama dos desafios legislativos para a boa governança municipal, mas também traz ideias propositivas e sugestões para aprimorar o arcabouço legal, viabilizando projetos de interesse coletivo, criando leis e políticas públicas que facilitam o empreendedorismo local.

O sucesso desses projetos envolve a participação ativa dos vereadores, gestores municipais, agentes de desenvolvimento e da iniciativa privada, promovendo a colaboração entre todos os atores do processo.

vereador pode guiar suas ações de forma a implementar em seu município o Programa Cidade Empreendedora do Sebrae, que visa uma transformação econômica sustentável e inclusiva, adaptada às necessidades e potencialidades locais.

Aqui, oferecemos uma visão abrangente das políticas e ações que você, vereador, pode realizar, com ênfase no trabalho colaborativo entre todos os envolvidos, para alcançar um desenvolvimento econômico equilibrado e duradouro em seu município.

Junte-se a nós na construção de uma cidade empreendedora, que gera riqueza, **oportunidades de crescimento e prosperidade para todos.**

*Estratégias para inspirar e orientar o trabalho parlamentar.*

A **Agenda da Câmara Empreendedora** apresenta um conjunto de ferramentas que auxiliam na criação de um ambiente favorável aos negócios em seu município, acelerando o desenvolvimento econômico e social, gerando empregos, aumentando a arrecadação e, acima de tudo, proporcionando uma melhor qualidade de vida à população, com distribuição de renda. Com essas ferramentas, o



**VEREADOR(A)  
TRADICIONAL**

**VEREADOR(A)  
EMPREENDEADOR(A)**

Limita-se ao cumprimento das funções legislativas básicas



**Planeja as ações de seu mandato**

Atua como coadjuvante na vida política do município



**Atua como protagonista no desenvolvimento do município**

Trabalho focado em poucas áreas e sem estratégias para potencializar os resultados



**Trabalho focado numa visão dinâmica e conectada de cidade que exige rapidez nos resultados**

Atua para resolver problemas pontuais da cidade



**Antecipa-se na identificação dos problemas e das soluções. É conectado às redes digitais, antecipa parcerias estratégicas com diferentes setores da sociedade, tanto público quanto privado.**

Usa pouco as novas tecnologias que podem potencializar os resultados do trabalho legislativo



**Usa as novas tecnologias da informação para promover inovação no trabalho legislativo**

Atua como líder político.



**Usa as novas tecnologias da informação para promover inovação no trabalho legislativo**

Conhece pouco as leis de seu município e o potencial de sua atuação para atualizá-las.



**Posiciona-se como líder, gestor inovador e estrategista. E tem envolvimento ativo no planejamento e execução de projetos locais, incluindo identificação de necessidades, alocação de recursos e supervisão da implementação.**

Visão focada no mandato atual



**Visão de longo-prazo. Amplia o alcance de suas iniciativas e promove soluções mais abrangentes para os desafios locais.**

# Qual a importância da atuação do vereador no Programa Cidade Empreendedora?







**Vereador, você é peça fundamental na criação de uma Cidade Empreendedora,** ajudando a simplificar a vida de quem quer abrir um negócio, gerar empregos e fortalecer a economia local.

## **E de que forma você pode ajudar?**

Atuando na criação e revisão de leis que facilitam o dia a dia dos empreendedores, articulando com os demais atores municipais para consolidar um ambiente favorável à abertura de empresas.

Abaixo, organizamos, a título de exemplo, algumas ações legislativas que você pode tomar para ajudar a implementar o programa e fortalecer o empreendedorismo em sua cidade.



AÇÕES LEGISLATIVAS	OBJETIVO	AÇÃO	DICAS
 <p><b>Reduzindo a Burocracia</b></p>	<p>Tornar mais fácil e rápido abrir e legalizar empresas.</p>	<p>Revise e harmonize as leis que tratam do licenciamento de empresas e da regulamentação de atividades econômicas.</p>	<p>Proponha leis que permitam a emissão de alvarás permanentes para atividades de baixo risco, agilizando a abertura de pequenos negócios.</p>
 <p><b>Incentivos para Micro e Pequenas Empresas</b></p>	<p>Criar um ambiente de negócios favorável para as pequenas empresas locais.</p>	<p>Facilite a participação de micro e pequenas empresas nas licitações municipais.</p>	<p>Estabeleça cotas nas licitações públicas para empresas locais e priorizem a contratação dessas empresas em contratos de menor valor.</p>
 <p><b>Educação Empreendedora</b></p>	<p>Preparar as novas gerações para os desafios do mercado de trabalho.</p>	<p>Incentive a inclusão do empreendedorismo no currículo escolar das escolas municipais.</p>	<p>Crie programas que formem professores em educação empreendedora, oferecendo oficinas práticas e feiras de negócios nas escolas.</p>
 <p><b>Fortalecendo a Identidade Local</b></p>	<p>Valorizar as vocações econômicas e o turismo da cidade.</p>	<p>Crie leis que incentivem o marketing territorial, promovendo o turismo e a identidade cultural local.</p>	<p>Estabeleça zonas especiais de desenvolvimento com incentivos fiscais para atrair empresas dos setores prioritários.</p>
 <p><b>Compras Governamentais</b></p>	<p>Estimular a economia local através de compras públicas.</p>	<p>Simplifique os processos para que pequenos produtores e empreendedores locais possam vender seus produtos para o governo municipal.</p>	<p>Proponha uma lei que garanta a exclusividade de até 25% das compras públicas para micro e pequenas empresas locais.</p>
 <p><b>Inclusão Produtiva e Social</b></p>	<p>Gerar emprego e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Proponha parcerias público-privadas que incentivem a capacitação e o microcrédito para pequenos empreendedores.</p>	<p>Crie incentivos para empresas que contratem pessoas de programas de inclusão socioproductiva.</p>

**Então, vereador, vamos juntos transformar a sua cidade em um lugar de oportunidades para todos!**

# O que é o Programa Cidade Empreendedora?

**E**sse programa é uma iniciativa do Sebrae e ajuda os municípios a criarem um ambiente de negócios mais simples, ágil e favorável para quem quer empreender.

**Ao facilitar a abertura de empresas, reduzir burocracias e promover parcerias, a cidade se torna mais atrativa para novos investimentos, beneficiando a todos.**

O programa é estruturado em 10 eixos de atuação que abordam diversos aspectos da gestão pública e da economia municipal. São eles:



## Benefícios do Programa para a Cidade

Atrair mais investimentos

Criar novos postos de trabalho

Aumentar a arrecadação de impostos de maneira sustentável

Fomentar a inovação e a competitividade

A seguir, vamos explorar mais detalhes sobre cada um desses eixos, que podem também ser consultados no site

[ms.sebrae.com.br](https://ms.sebrae.com.br)



1° EIXO — ■ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □

# GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



**Esse é um eixo central do Programa Cidade Empreendedora, onde o vereador pode atuar para ajudar a promover uma agenda colaborativa de desenvolvimento em seu município.**

*Para construir essa agenda, você, vereador, pode atuar com foco nas seguintes ações:*

Modernização da administração pública

Implementação de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável do município

Atualização do arcabouço legal que vai viabilizar projetos que beneficiam os pequenos empreendedores

# Quais as propostas desse eixo?

**E**ste eixo propõe a utilização de ferramentas de diagnóstico e planejamento para criar uma agenda de desenvolvimento alinhada às necessidades e potencialidades locais, além de modernizar o arcabouço legal do município.

## Ferramentas de Diagnóstico e Planejamento

**A**qui, vereador, você vai conhecer um pouco mais sobre a utilização de ferramentas que permitem a identificação de desafios e oportunidades, criando uma agenda de desenvolvimento alinhada com as necessidades de seu município.

Para que a gestão municipal seja eficaz, é fundamental realizar diagnósticos precisos que identifiquem os principais desafios e oportunidades do município. O uso dessas ferramentas permite que a administração local desenvolva um planejamento estratégico que responda diretamente às demandas da população e às prioridades de desenvolvimento.

## Principais Ferramentas:

### Diagnóstico Socioeconômico

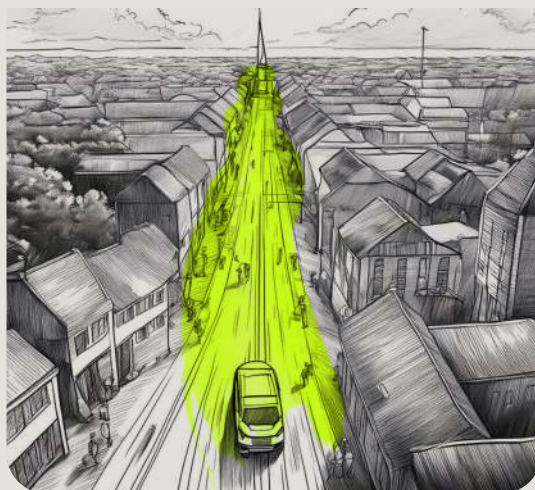
- ▶ Avaliação abrangente das condições socioeconômicas do município, incluindo aspectos como renda, emprego, educação e infraestrutura.
- Este diagnóstico é essencial para entender o contexto local e definir as áreas prioritárias de intervenção.

### Planejamento Estratégico Participativo

- ▶ Processo que envolve a comunidade, líderes locais e representantes do setor público e privado na elaboração de um plano de desenvolvimento.
- ▶ Essa abordagem participativa garante que as ações propostas tenham legitimidade e atendam às reais necessidades da população.

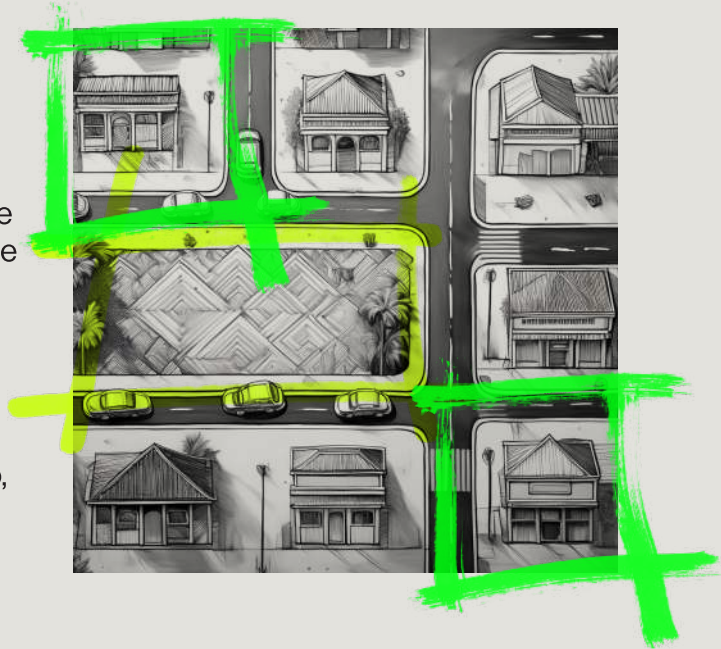
### Indicadores de Desempenho

- ▶ Ferramentas para monitorar e avaliar o impacto das políticas públicas implementadas, permitindo ajustes e correções de rumo conforme necessário.



## O que é o Zoneamento?

O zoneamento é a ferramenta que define como o solo urbano pode ser utilizado, estabelecendo quais áreas são destinadas para atividades residenciais, comerciais, industriais, ou de preservação ambiental. Um zoneamento bem planejado evita conflitos de uso do solo, garante a organização da cidade e facilita a atração de investimentos.



## O que é o Georreferenciamento?

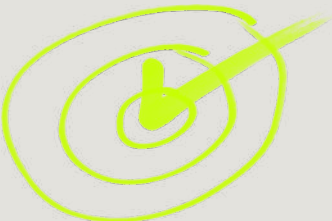
O georreferenciamento fornece dados precisos sobre as características físicas e legais dos terrenos, ajudando a definir os limites das propriedades e a planejar o desenvolvimento urbano de forma mais precisa. Essa ferramenta é crucial para a gestão de infraestrutura, a implementação de serviços públicos e a atração de novos empreendimentos.

## O que é o Plano Diretor?

O Plano Diretor é o principal instrumento de planejamento urbano de um município.

Ele orienta o crescimento e o desenvolvimento da cidade de maneira sustentável, definindo diretrizes para o uso do solo, mobilidade, meio ambiente, e infraestrutura.

Um Plano Diretor atualizado e bem executado é fundamental para garantir que o município cresça de forma ordenada, facilitando a instalação de novos negócios e a melhoria do ambiente econômico.



# Propostas de Modernização do Arcabouço Legal do Município

É fundamental o engajamento do vereador na revisão e atualização das leis municipais para promover inovação, sustentabilidade e desenvolvimento econômico.

Somente com sua participação efetiva, vereador, será possível tornar realidade em seu município o seu município uma cidade empreendedora.

**Tudo começa com a modernização do arcabouço legal do município**, que é uma etapa crucial para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e que o município esteja preparado para os desafios contemporâneos. Isso envolve a revisão e atualização das leis municipais, bem como a criação de novas legislações que promovam a inovação, a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico.

*Políticas de transparência e governança são um campo aberto para a atuação do vereador*

**Vamos agora conhecer um pouco mais sobre as áreas de modernização em que o vereador pode atuar de forma proativa:**

## Áreas de Modernização

### Revisão do Zoneamento / Plano Diretor

O vereador pode propor a revisão do Plano Diretor para refletir as novas demandas urbanísticas e de desenvolvimento sustentável do município. Essa revisão é fundamental para ordenar o crescimento urbano e promover o uso racional do solo.

### Legislação de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico

O vereador também pode atuar na criação de leis que ofereçam incentivos fiscais e regulatórios para atrair investimentos, apoiar pequenos negócios e fomentar a inovação.

### Políticas de Transparência e Governança

É um campo aberto para a atuação do vereador no cumprimento de sua missão legisladora e fiscalizadora, que é a implementação de leis que promovam a transparência na gestão pública, como a adoção de portais da transparência e a regulamentação da participação popular na tomada de decisões.

# Demandas Legislativas Potenciais

O vereador é peça-chave na criação de leis que deem suporte ao desenvolvimento econômico, como incentivos fiscais e zoneamento estratégico.

Com a implementação das ferramentas de diagnóstico e planejamento, e a modernização do arcabouço legal, podem surgir demandas legislativas que requerem a atenção dos vereadores:

## Fortalecimento da Participação Social

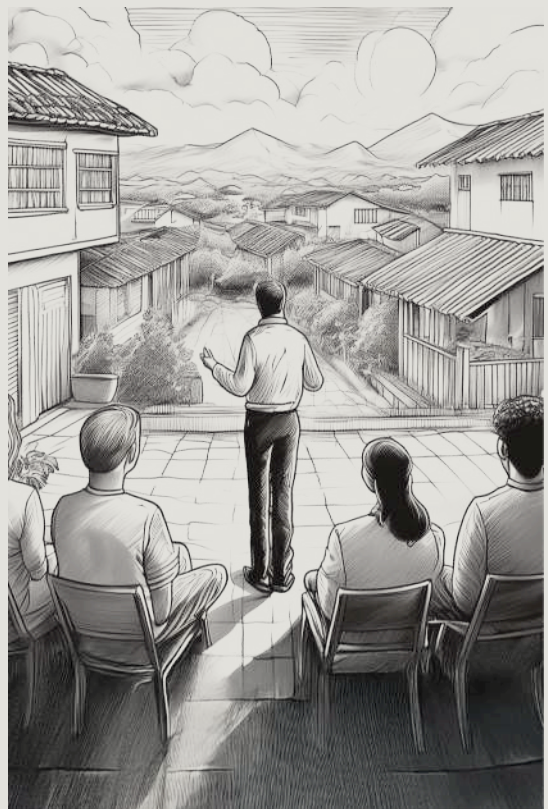
A criação de mecanismos que assegurem o fortalecimento da participação social no planejamento e governança da cidade é imprescindível para o processo para torná-la uma cidade empreendedora. É fundamental o engajamento do vereador na criação desses mecanismos, por meio da criação de leis que regulamentem a participação popular nos processos de planejamento e governança, a exemplo de audiências públicas e conselhos municipais. É o vereador dando voz à sua comunidade, com instrumentos efetivos de participação no processo decisório de adoção de políticas públicas.

## Revisão e Aprovação do Plano Diretor

A atualização do Plano Diretor pode exigir a aprovação de novas diretrizes para o uso do solo, zoneamento e desenvolvimento urbano, o que demanda a articulação e aprovação de leis municipais específicas.

## Incentivos para Inovação e Sustentabilidade

Propostas legislativas que criem incentivos fiscais e regulatórios para empresas que adotem práticas inovadoras e sustentáveis, alinhadas com o planejamento estratégico do município.



## O que vimos nesse eixo:

O Programa Cidade Empreendedora, por meio do eixo de **Gestão e Políticas Públicas**, auxilia os municípios a diagnosticar desafios, planejar o desenvolvimento e modernizar sua legislação.

Vereadores desempenham um papel fundamental ao aprovar leis necessárias para implementar tais políticas, assegurando o crescimento sustentável e inclusivo do município.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

# Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

Quais as áreas de modernização seriam prioridades em sua cidade? \_\_\_\_\_

Grid for writing answers to the question: "Quais as áreas de modernização seriam prioridades em sua cidade?"

E quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso? \_\_\_\_\_

Grid for writing answers to the question: "E quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso?"

Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato? \_\_\_\_\_

Grid for writing answers to the question: "Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato?"

A atual gestão municipal é sensível a este instrumento de trabalho? \_\_\_\_\_

Grid for writing answers to the question: "A atual gestão municipal é sensível a este instrumento de trabalho?"

Como você pode atuar para sensibilizar o executivo municipal? \_\_\_\_\_

Grid for writing answers to the question: "Como você pode atuar para sensibilizar o executivo municipal?"

Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo? \_\_\_\_\_

Grid for writing answers to the question: "Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo?"

# Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS** baseado no Eixo Gestão e Políticas Públicas

## 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Gestão e Políticas Públicas

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:





# Comunique de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

- Pense nas consequências negativas de não se ter implantado esse eixo;
- Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações baseado no Eixo Gestão e Políticas Públicas
- Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações desse eixo?
- Como posso estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros, de maneira a direcionar de forma estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (ivs. mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

# Leitura recomendada:

## Plano Diretor:



<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>



[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131832/Plano\\_diretor\\_estatuto\\_cidade.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/131832/Plano_diretor_estatuto_cidade.pdf?sequence=3&isAllowed=y)



2° EIXO ——— □■□□□□□□□□

# LIDERANÇAS LOCAIS E GOVERNANÇA



**No eixo Lideranças Locais e Governança do Programa Cidade Empreendedora, a participação do vereador como agente de mudança é determinante para o sucesso das iniciativas. O vereador pode assumir a missão de mobilizar e ajudar a capacitar os atores do desenvolvimento municipal, fazendo gestão de governança com recortes específicos, a exemplo de regiões, bairros, ruas e comunidades de sua cidade. Também pode preparar o público interessado para atuar por meio de consórcios públicos, um arranjo eficiente para solucionar problemas da cidade de forma colaborativa com outros municípios.**

**Com sua liderança avalizada pelo voto popular, o vereador tem o poder de aglutinar pessoas em torno de pautas importantes para o município, que contemplem anseios e reivindicações de públicos bem distintos. Em sua atuação comunitária e parlamentar, desempenha papel singular para ajudar a consolidar propostas e iniciativas que fortaleçam as estruturas de governança do seu município, tornando-se um protagonista no processo de desenvolvimento municipal.**

# Vamos saber mais sobre como aplicar esse eixo na agenda do vereador para construir as bases de uma cidade empreendedora?

O eixo de Lideranças Locais e Governança do Programa Cidade Empreendedora é voltado para a mobilização e capacitação dos atores do desenvolvimento municipal. **Esse eixo promove a formação e o fortalecimento de lideranças locais para atuar em prol do desenvolvimento sustentável**, além de incentivar a criação de estruturas de governança que atendam às necessidades específicas de diferentes comunidades, bairros e regiões do município. A preparação para atuação por meio de consórcios públicos também é uma parte importante desse processo, permitindo que municípios unam esforços para resolver problemas comuns de forma eficiente e colaborativa.

Você, vereador, é agente de transformação em sua comunidade e pode **participar ativamente da mobilização para capacitação de novos agentes de desenvolvimento** e no fortalecimento das estruturas de governança local.



## Quais atores podem ser mobilizados para o programa de desenvolvimento sustentável?

A mobilização dos atores locais é determinante para o sucesso de qualquer iniciativa de desenvolvimento. São líderes comunitários, representantes de setores empresariais, membros do governo local, e outras partes interessadas que têm o poder de influenciar e promover o desenvolvimento em suas respectivas áreas. Para isso, **é importante ampliar a conversa e o movimento de escuta da sua comunidade e das demais lideranças de seu município** para construir pautas que sintetizem objetivos comuns.

# Qual a importância da capacitação das lideranças locais?

## Formação e Desenvolvimento

É importante que as lideranças sejam capacitadas para entender as complexidades do desenvolvimento econômico local, bem como as melhores práticas de governança. **Programas de capacitação podem incluir workshops, treinamentos e a criação de redes de troca de experiências.**

## Participação Ativa

As lideranças locais devem ser incentivadas a participar ativamente em fóruns de discussão, conselhos municipais e outras instâncias de governança, onde possam contribuir com suas perspectivas e conhecimentos.

# Gestão de Governança com Recortes Específicos

Aqui, de maneira geral, governança pode ser entendida como um conjunto de processos e práticas para a boa gestão de recursos e serviços públicos municipais. **A participação do vereador é fundamental para a criação de estruturas de governança** em distintos setores da cidade para adaptar as políticas públicas às realidades locais

A gestão de governança eficaz exige uma abordagem que considere as características e necessidades específicas de diferentes áreas do município. **Vereador, você pode atuar na criação de estruturas de governança com foco em bairros, ruas ou**

**comunidades**, garantindo que cada área tenha uma voz no processo de desenvolvimento e que as políticas públicas sejam adequadas às realidades locais.

# Exemplos de Governança Específica

## Conselhos Comunitários

Estabelecimento de conselhos de **governança** em bairros ou regiões específicas, onde moradores e representantes locais possam discutir e decidir sobre questões importantes para suas áreas, como segurança, infraestrutura e serviços públicos.


*Conselhos comunitários são fundamentais para dar voz à população no programa Cidade Empreendedora do Sebrae*

## Projetos-Pilotos por Bairro

Implementação de projetos-pilotos em bairros selecionados para testar novas políticas ou programas antes de expandi-los para todo o município, garantindo que as soluções sejam viáveis e adaptadas às necessidades locais.



## O Que São Consórcios Públicos?

 Programa Cidade Empreendedora aponta modelos de governança que podem auxiliar os municípios a superar desafios e resolver problemas comuns. Uma das alternativas é a atuação por meio de consórcios públicos, que otimizam recursos e implementam soluções colaborativas.

Os consórcios públicos são parcerias entre diferentes municípios que se unem para resolver problemas comuns de forma mais eficiente. A preparação para atuação por meio de consórcios é uma estratégia importante para otimizar recursos, compartilhar conhecimentos e implementar soluções em escala regional.

## Quais as Vantagens dos Consórcios Públicos?

### Economia de Escala

**Ao trabalhar em conjunto, municípios podem reduzir custos e melhorar a eficácia de serviços** como saúde, saneamento, segurança pública, compras governamentais e desenvolvimento econômico.

### Inovação e Melhores Práticas

Consórcios permitem que municípios compartilhem melhores práticas e inovações, aplicando soluções que já foram testadas e aprovadas em outros contextos.

## Demandas Legislativas Potenciais para o Vereador

A implementação de estratégias de liderança local e governança pode gerar diversas demandas legislativas. Apresentamos aqui algumas dessas demandas em que a atuação direta do vereador é fundamental para envolver a comunidade na construção do ambiente de uma cidade empreendedora:

### Criação de Conselhos e Comitês Locais

Leis que regulamentem a criação de conselhos comunitários e comitês de governança local, estabelecendo suas funções, composição e processos de tomada de decisão.

### Regulamentação de Consórcios Públicos

Propostas legislativas que facilitem a formação e o funcionamento de consórcios públicos entre municípios. Isso inclui a definição de áreas de atuação, mecanismos de financiamento e governança compartilhada.

### Incentivos para Participação Comunitária

Legislações que promovam a participação dos cidadãos nos processos de governança local, incluindo incentivos para a criação de associações comunitárias e a realização de consultas públicas.

## O que vimos nesse eixo:

O Programa Cidade Empreendedora, por meio do eixo Lideranças Locais e Governança, fortalece a capacidade de gestão dos municípios e promove mobilização e capacitação de líderes.

Consórcios públicos são iniciativas que podem aglutinar municípios para resolver problemas comuns que afetam a comunidade.

Vereadores são agentes de mudanças que devem atuar proativamente na mobilização e capacitação de novas lideranças para promover o desenvolvimento econômico do município.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

## Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

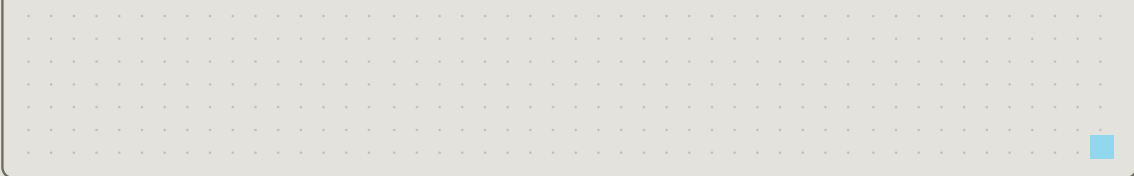
Quais as áreas de modernização seriam prioridades em sua cidade? \_\_\_\_\_

A grid of small dots for taking notes, with a small blue square in the bottom right corner.

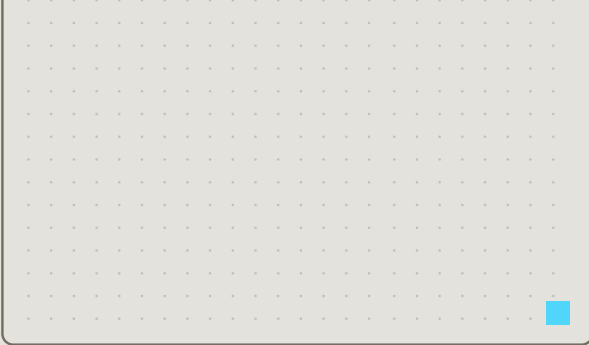
E quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso? \_\_\_\_\_

A grid of small dots for taking notes, with a small blue square in the bottom right corner.

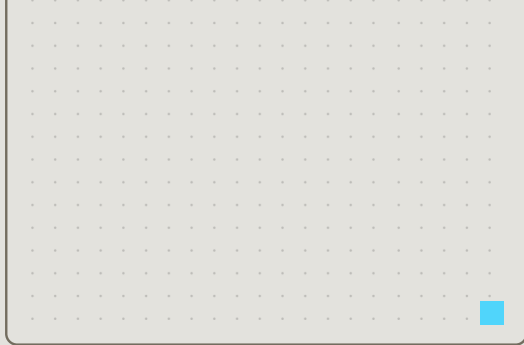
Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato? \_\_\_\_\_

A large grid of small dots for taking notes, with a small blue square in the bottom right corner.

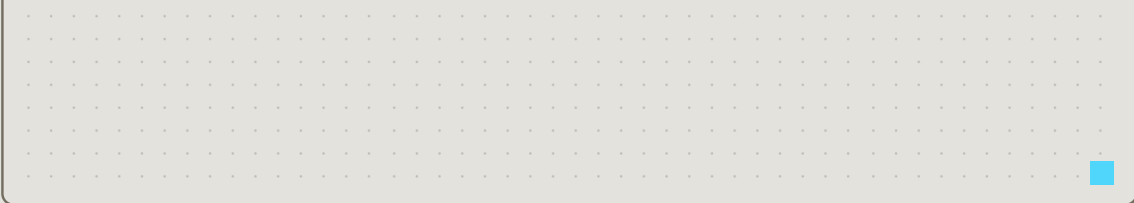
A atual gestão municipal é sensível a este instrumento de trabalho? \_\_\_\_\_

A grid of small dots for taking notes, with a small blue square in the bottom right corner.

Como você pode atuar para sensibilizar o executivo municipal? \_\_\_\_\_

A grid of small dots for taking notes, with a small blue square in the bottom right corner.

Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo? \_\_\_\_\_

A large grid of small dots for taking notes, with a small blue square in the bottom right corner.

# Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS** baseado no Eixo Lideranças Locais e Governança

## 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Lideranças Locais e Governança

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

**Conceito  
ou Assunto:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# Banco de Ideias Legislativas baseado no Eixo Lideranças Locais e Governança

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA:	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

# Como comunicar de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

- ▶ Pense nas consequências negativas de não se ter implantado este eixo;
- ▶ Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Lideranças Locais e Governança;
- ▶ Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações deste eixo?
- ▶ Pense sobre como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.
- ▶ Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (lives, mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

# Leitura recomendada:

## Lei 11.107/2005 e Decreto 6.017/2007



[https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2023/Consorcios%20P%C3%ABlicos%20Intermunicipais%20Como%20e%20para%20cooperar\\_publicada.pdf](https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2023/Consorcios%20P%C3%ABlicos%20Intermunicipais%20Como%20e%20para%20cooperar_publicada.pdf)

## Plataforma Nacional de Consórcios Públicos



<https://consorcios.cnm.org.br/>

## Curso "Consórcios Públicos Intermunicipais"



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/678>

## Cartilha "Consórcios Públicos Intermunicipais: Como e para que cooperar"



<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1341>

## Curso "Ampliação da Capacidade de Investimentos do Município" – ENAP



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/493>



3 ° EIXO ——— □□■□□□□□□□

# SIMPLIFICAÇÃO



**Simplificar, assim como tudo na vida, é a alma do negócio. Aqui, propomos metodologias para o município avançar na redução da burocracia, implementação ou incremento de marcos legais para agilizar o processo de abertura e legalização das atividades econômicas.**

**Vereador, você é parte da transformação que o seu município precisa. Ajude a desenvolver o seu município com o Cidade Empreendedora, usando essas metodologias do programa na sua atuação parlamentar. Queremos contar com você para analisar, revisar e criar novas leis que vão facilitar a vida dos empreendedores e, conseqüentemente, desenvolver ainda mais a sua cidade. Quanto mais simples for para abrir um negócio, mais a economia cresce e mais pessoas prosperam.**

**Apresentamos a seguir uma série de áreas que necessitam da atuação parlamentar para execução do programa.**

**Vamos juntos transformar a sua cidade em um lugar de oportunidades para todos?**

## Comece Pesquisando a Legislação Relacionada ao Ambiente de Negócios de seu Município

Uma **análise** detalhada da legislação municipal, estadual e federal existente que afeta diretamente o ambiente de negócios é essencial para identificar e entender os impactos sobre a abertura e operação de empresas no município.

Muitas vezes, existem leis esparsas no município que regulam diferentes aspectos do ambiente de negócios, como a abertura de empresas, a concessão de alvarás e a regulamentação de atividades econômicas específicas.

Quando se considera a alteração ou criação de novas legislações, é fundamental realizar uma harmonização dessas leis já existentes para evitar conflitos normativos e garantir a coerência legal.

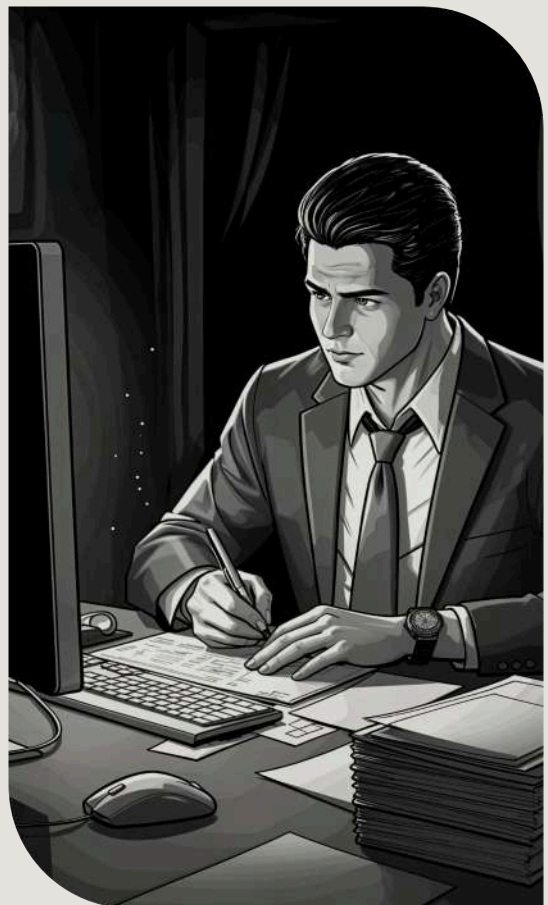
Isso implica em revisar as leis municipais vigentes, identificar possíveis sobreposições ou lacunas, e integrá-las de forma que criem um ambiente regulatório mais eficiente e claro para os empreendedores.

Essa harmonização também pode incluir a simplificação de processos, como a unificação de cadastros e padronização de procedimentos entre diferentes secretarias municipais.

Ao propor novas leis ou alterações legislativas, recomenda-se que os

*Pesquisar a legislação pode ser uma grande fonte de inspiração para projetos de lei do vereador empreendedor*

legisladores municipais analisem e integrem as melhores práticas de outros municípios, adaptando-as à realidade local. Essa abordagem não só assegura a relevância das mudanças propostas, mas aumenta a probabilidade de sucesso na implementação, beneficiando diretamente o ambiente de negócios municipal.



# Vamos Reduzir a Burocracia?

**A burocracia excessiva** é um grande entrave para a formalização e o desenvolvimento de pequenos negócios, afetando custos e a geração de emprego e renda.

*Excesso de burocracia atrapalha o desenvolvimento dos municípios e desencoraja a formalização de pequenos negócios*

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (MPE) determina que cabe à administração pública federal, estadual e municipal desburocratizar, padronizar e agilizar a abertura, o fechamento e a alteração cadastral dos pequenos empreendimentos empresariais, dando aos pequenos negócios tratamento diferenciado e favorecido.

Há outras leis que compõem o ambiente legal, respaldam e direcionam as políticas de simplificação no Brasil. É muito importante o vereador conhecê-las para identificar as vantagens de aplicá-las no processo de simplificação do ambiente de negócios do seu município.

## Quais são essas leis?

▶ **Nova Lei do Ambiente de Negócios Lei 14.195/2021**

Ela desburocratiza, facilita a abertura de empresas e melhora o ambiente de negócios no Brasil.

Exemplos práticos de facilidades asseguradas por esta lei ao empreendedor:

- Emissão automática de licenças e alvarás de funcionamento
- Eliminação de análises prévias dos endereços das empresas
- Automatização da checagem de nome empresarial

▶ **Declaração de Direitos de Liberdade Econômica Lei 13.874/2019**

**Essa lei tem os seguintes princípios:**

A liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas

A boa-fé do particular perante o poder público

A intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas

O reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado

▶ **Redesim – Lei 11.598/2007**

Essa lei estabelece a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, com os seguintes objetivos:

- Abreviar e simplificar os procedimentos de abertura de empresas
- Encurtar o tempo e o custo para o seu registro e a sua legalização
- Reduzir a burocracia

# Boas Práticas para Reduzir a Burocracia e as Leis

Boas práticas para reduzir a burocracia podem estar presentes em leis importantes. Por isso, é fundamental que o vereador inclua essas leis na sua pauta de pesquisa. Aqui, destacamos algumas que merecem a sua atenção, vereador:

## Aplicação da Nova Lei do Ambiente de Negócios

Essa lei facilita a abertura de empresas, determinando a emissão automática de licenças e alvarás de funcionamento e eliminando a necessidade de análises prévias de endereços. Essas mudanças não só agilizam o processo, mas também reduzem custos para os empreendedores.

Lei 14.195/2021

A adoção dessa legislação, aliada à Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019), permite que atividades de baixo risco possam ser iniciadas sem alvarás, reduzindo o tempo e o custo para abertura de empresas, sendo fiscalizadas posteriormente.

## Implementação da Redesim

A Redesim é uma plataforma que integra os sistemas de registro de empresas, simplificando e padronizando os procedimentos em todo o país. Com a comunicação automatizada entre as instituições envolvidas, como juntas comerciais, administrações tributárias e órgãos licenciadores, o processo de registro e legalização de empresas se torna mais transparente, rápido e menos oneroso.

Lei 11.598/2007



A racionalização dos procedimentos administrativos e a aplicação efetiva de legislações como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a Nova Lei do Ambiente de Negócios e a Redesim são essenciais para reduzir a burocracia.

Essas ações promovem um ambiente mais favorável ao empreendedorismo, impulsionam a competitividade dos negócios e contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável dos municípios. Ao adotar essas boas práticas, as administrações municipais não só melhoram sua eficiência, mas também demonstram compromisso com o desenvolvimento local.



# Registro Empresarial Uniformizado

**C**riação de um sistema uniformizado de registro empresarial, que permita a integração entre diferentes órgãos e facilite a vida dos empresários.

## Contexto e Fundamentação Legal

A criação de um sistema de registro empresarial uniformizado no município, que permita a integração entre diferentes órgãos e facilite a vida dos empresários, é uma medida crucial para fomentar o desenvolvimento econômico local. A Lei Complementar nº 123/2006, conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, fornece a base legal para essa integração e simplificação dos processos de registro e legalização de empresas.

### Lei Complementar nº 123/2006

O Art. 8º da Lei Complementar nº 123/2006 estabelece diretrizes claras para simplificação e integração dos processos de registro empresarial:

#### Art. 8º



Será assegurado aos empresários e pessoas jurídicas:

I - entrada única de dados e documentos;

II - processo de registro e legalização integrado entre os órgãos e entes envolvidos, por meio de sistema informatizado que garanta:

a) sequenciamento das seguintes etapas: consulta prévia de nome empresarial e de viabilidade de localização, registro empresarial, inscrições fiscais e licenciamento de atividade;

b) criação da base nacional cadastral única de empresas;

III - identificação nacional cadastral única que corresponderá ao número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

# Procedimento Uniformizado

## Importância da Linearidade e Padronização na Abertura Empresarial

**A** Lei Complementar 123/2006, em seu artigo 8º, estabelece um fluxo claro e sequencial para a abertura de empresas, envolvendo as etapas de consulta prévia de nome empresarial e de viabilidade de localização, registro empresarial, inscrições fiscais e licenciamento de atividades.

A linearidade desse processo é imprescindível para garantir que a abertura de empresas ocorra de forma rápida, eficiente e em conformidade com as exigências legais.

## Linearidade no Processo de Abertura Empresarial

A linearidade no procedimento de abertura empresarial implica que cada etapa deve seguir a anterior sem interrupções ou retrocessos, facilitando a experiência do empreendedor e reduzindo o tempo necessário para a formalização do negócio, ou mesmo o reenvio de documentos em duplicidade. Quando essas etapas são bem definidas e seguem uma sequência lógica, o processo torna-se mais previsível e menos suscetível a erros ou atrasos.

### 1. Consulta Prévia de Nome Empresarial e Viabilidade de Localização

Essa primeira etapa é essencial para assegurar que o nome desejado pelo empreendedor esteja disponível e que o local escolhido para a empresa seja viável conforme as normas de zoneamento e uso do solo do município. A consulta prévia evita conflitos futuros e possíveis recusas nas etapas subsequentes.

### 2. Registro Empresarial

Uma vez aprovada a viabilidade, o empreendedor deve proceder ao registro da empresa nos órgãos competentes, como a Junta Comercial. Esse registro confere à empresa a personalidade jurídica, permitindo-lhe operar legalmente.

### 3. Inscrições Fiscais

Após o registro empresarial, a empresa deve obter as inscrições fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Essas inscrições incluem o CNPJ, a inscrição estadual e a inscrição municipal, que são essenciais para que a empresa possa recolher os tributos devidos e operar legalmente.

### 4. Licenciamento de Atividades

Finalmente, a empresa deve obter as licenças e alvarás necessários para o exercício de suas atividades, conforme a natureza do negócio e as regulamentações locais. O licenciamento garante que a empresa esteja em conformidade com normas sanitárias, ambientais e de segurança.

# Padronização Nacional

A padronização dessas etapas em todo o território nacional é fundamental para criar um ambiente de negócios homogêneo e favorável ao empreendedorismo.

A **Redesim** (Lei 11.598/2007) desempenha um papel central na padronização e simplificação desses procedimentos, integrando órgãos federais, estaduais e municipais em um sistema único e informatizado. Essa uniformidade facilita a abertura de empresas em diferentes regiões do país, promovendo maior eficiência e transparência.

Ao seguir as diretrizes estabelecidas na **Lei Complementar 123/2006** e aproveitar as ferramentas oferecidas pela Redesim, os municípios podem facilitar a vida dos empreendedores, promover o desenvolvimento econômico local e aumentar a formalização dos negócios.

# Legislação de Uso e Ocupação do Solo

Definição de zonas industriais, comerciais e residenciais que favoreçam a instalação e expansão de negócios. Planejamento urbano estratégico para otimizar o uso do solo e promover o desenvolvimento sustentável.

# Consulta Prévia

A consulta prévia é um passo essencial no processo de abertura de empresas pela Redesim para verificar a viabilidade do empreendimento no local desejado. Esse procedimento está fundamentado na legislação que regula a Redesim e em resoluções do Comitê Gestor da Redesim (CGSIM).

# Fundamento Legal

## Lei nº 11.598/2007

A Lei nº 11.598/2007, que institui a Redesim, menciona a necessidade de simplificação e integração dos processos de registro e legalização de empresas. Especificamente, em seu artigo 4º determina que o registro de empresas deve ser simplificado e unificado, com a participação de diferentes órgãos públicos:

**Art. 4º** - A Redesim é o sistema que integra os processos de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas nos âmbitos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a partir da entrada única de dados e documentos, por meio da rede mundial de computadores - internet.



# Qual a Importância da Legislação de Uso e Ocupação do Solo na Consulta Prévia?



**N**o processo de abertura empresarial, a etapa de consulta prévia é essencial para assegurar que o nome empresarial e a localização escolhida estejam em conformidade com as normas vigentes. Um aspecto fundamental dessa etapa é a verificação da viabilidade de localização, que depende diretamente das legislações de uso e ocupação do solo, como zoneamento, georreferenciamento e planos diretores municipais. Essas legislações determinam onde e como as atividades econômicas podem ser estabelecidas, garantindo o ordenamento territorial e o desenvolvimento urbano sustentável.

A legislação de uso e ocupação do solo regula como as áreas urbanas podem ser utilizadas, estabelecendo regras para o desenvolvimento de atividades comerciais, industriais, residenciais e outras.

O zoneamento, por exemplo, define quais tipos de atividades são permitidas em diferentes áreas do município, enquanto o georreferenciamento ajuda a identificar a localização precisa dos terrenos e suas características. O plano diretor, por sua vez, é um instrumento básico da política de desenvolvimento municipal, orientando o crescimento urbano e a ocupação do solo de maneira sustentável.

## Qual a Importância na Consulta Prévia?

Na etapa de consulta prévia, a verificação automática da viabilidade de localização deve levar em conta as diretrizes estabelecidas por essas legislações. Isso é crucial para evitar problemas futuros, como a necessidade de relocação de empresas ou conflitos com normas urbanísticas. A automatização desse processo, conforme previsto em lei, facilita a conformidade com as exigências legais e agiliza a abertura de empresas.



## Plano Diretor

O Plano Diretor de Goiânia, por exemplo, define as diretrizes para o desenvolvimento urbano e é utilizado na etapa de consulta prévia para determinar a viabilidade de localização das empresas. A legislação estabelece áreas específicas para atividades comerciais e industriais, o que deve ser verificado automaticamente durante a consulta prévia.

## Zoneamento Urbano

Em Aparecida de Goiânia, por exemplo, o zoneamento urbano é um dos principais instrumentos utilizados para regulamentar a ocupação do solo. A consulta prévia inclui a verificação do zoneamento para garantir que a atividade econômica pretendida seja permitida na área escolhida.

## Georreferenciamento

O georreferenciamento é utilizado para fornecer dados precisos sobre as características físicas e legais dos terrenos, o que é fundamental para a consulta prévia. Municípios como Rio Verde têm adotado sistemas de georreferenciamento integrados que facilitam essa verificação automática.

A legislação de uso e ocupação do solo desempenha um papel vital na consulta prévia durante o processo de abertura empresarial. Verificar automaticamente a conformidade com as normas de zoneamento, georreferenciamento e o plano diretor agiliza o processo de abertura de empresas e também assegura que as atividades econômicas sejam estabelecidas em áreas adequadas, contribuindo para o desenvolvimento urbano ordenado e sustentável. A padronização e a automatização dessas verificações são essenciais para criar um ambiente de negócios eficiente e promover o crescimento econômico dos municípios.

# Qual a Importância da Legislação de Uso e Ocupação do Solo na Consulta Prévia?

Estabelecimento de um sistema padronizado de coleta de dados para a inscrição municipal de empresas, visando a simplificação e agilidade do processo.

## Contexto e Fundamentação Legal

O estabelecimento de um sistema padronizado de coleta de dados para a inscrição municipal de empresas é primordial para simplificar e agilizar o processo de abertura e legalização de negócios. As principais legislações que fundamentam essa necessidade incluem a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei de Liberdade Econômica, a Lei da Redesim, e as resoluções do Comitê Gestor da Redesim (CGSIM).

## Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019)

A Lei de Liberdade Econômica estabelece garantias para a livre iniciativa e a redução da burocracia:

**Art. 3º** - "Fica dispensado de qualquer ato público de liberação da atividade econômica de baixo risco, incluídos os licenciamentos prévios, na forma de regulamento".

## Lei da Redesim (Lei nº 11.598/2007)

Essa lei visa integrar e simplificar os processos de registro e legalização de empresas:

**Art. 2º** - "A Redesim será responsável pela integração dos processos de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas nos âmbitos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios."

## Resoluções do CGSIM

O Comitê Gestor da Redesim (CGSIM) emite resoluções que visam operacionalizar e detalhar as diretrizes de simplificação:

### Resolução CGSIM nº 36/2011

Estabelece a consulta prévia de viabilidade como etapa inicial do processo de abertura de empresas.

Define a classificação nacional de atividades econômicas de baixo risco.

### Resolução CGSIM nº 51/2019

A padronização do sistema de coleta de dados para a inscrição municipal de empresas é uma medida fundamental para simplificar e agilizar o processo de abertura de novos negócios. Esse sistema visa **eliminar a redundância na entrega de documentos e informações**, evitando que o empreendedor precise submeter os mesmos dados em diferentes etapas do processo ou em múltiplos órgãos públicos.

O objetivo principal dessa padronização é criar um processo eficiente, que permita ao empreendedor realizar a inscrição municipal de sua empresa de maneira simplificada e sem burocracias desnecessárias.

A **Lei Complementar 123/2006**, que em seu artigo 8º, inciso I, estipula que os municípios devem criar procedimentos que facilitem o registro e a legalização de pequenos negócios, garantindo uma abordagem integrada e linear que evite a repetição de etapas ou a solicitação de informações já fornecidas.

## Vantagens do Sistema Padronizado

**Redução de Burocracia**

**Agilidade no Processo de Inscrição**

**Melhor Integração entre Órgãos**

Um sistema padronizado de coleta de dados reduz a necessidade de o empreendedor fornecer os mesmos documentos repetidamente, como comprovantes de endereço, cópias de documentos pessoais ou certidões, em diferentes momentos do processo de inscrição. A centralização das informações em um único sistema permite que os dados sejam compartilhados entre os órgãos envolvidos, evitando a redundância e acelerando o processo de abertura de empresas.

A padronização e a automatização dos processos permitem que a inscrição municipal seja realizada de forma mais rápida e eficiente. Ao eliminar etapas repetitivas, o sistema acelera a obtenção do alvará de funcionamento e demais licenças necessárias, permitindo que o empreendedor inicie suas atividades em menos tempo.

A integração dos sistemas de coleta de dados com plataformas como a **(Lei 11.598/2007)** permite uma comunicação automatizada entre os diferentes órgãos envolvidos no processo de legalização empresarial, como a Receita Federal, secretarias de fazenda estaduais e municipais, e órgãos licenciadores. Essa comunicação integrada evita a necessidade de múltiplas entregas de documentos, garantindo que todas as informações relevantes sejam coletadas de uma só vez.

O estabelecimento de um sistema padronizado de coleta de dados para a inscrição municipal é uma medida necessária para a desburocratização e agilização do processo de abertura empresarial.

Ao eliminar excessos e centralizar a coleta de informações, esse sistema contribui para a criação de um ambiente de negócios mais eficiente e favorável ao empreendedorismo.

A aplicação das diretrizes estabelecidas pela **Lei Complementar 123/2006** e a integração com a Redesim são passos essenciais para alcançar esses objetivos

# O Uso do CNPJ como Número Único

O uso do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como número único de identificação empresarial é uma medida crucial para simplificar e unificar o processo de abertura e legalização de empresas no Brasil. A iniciativa é prevista na Lei da Redesim (Lei nº 11.598/2007) e está alinhada com a Lei Complementar nº 123/2006 e a Lei de Liberdade Econômica, com o objetivo de reduzir a burocracia e aumentar a eficiência no ambiente de negócios.

## Lei da Redesim

(Lei nº 11.598/2007)

A Lei da Redesim estabelece diretrizes para a simplificação e integração dos processos de registro e legalização de empresas. O Art. 11-A, inciso I, destaca a utilização do CNPJ como número único de identificação:

### Art. 11-A, Inciso I

"O CNPJ será utilizado como identificador único das pessoas jurídicas e demais entidades, no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema Nacional de Registro de Empresas"

**A utilização do CNPJ como número único de identificação empresarial é uma medida essencial para simplificar e unificar o processo de abertura e legalização de empresas, trazendo benefícios significativos para o empreendedorismo e a gestão pública.**

## Liberdade Econômica e Avaliação de Risco das Atividades

Adaptação da Lei de Liberdade Econômica no município, com foco na redução da burocracia e na avaliação do risco das atividades econômicas para facilitar a abertura de novos negócios.

## Importância de Definir o Grau de Risco das Atividades Econômicas no Município

Definir o grau de risco das atividades econômicas é fundamental para a gestão eficiente e segura do desenvolvimento econômico municipal.

Essa definição impacta diretamente a simplificação dos processos de registro e licenciamento de empresas, garantindo que atividades de baixo risco sejam incentivadas e desburocratizadas, enquanto aquelas de maior risco sejam adequadamente monitoradas e regulamentadas.

A abordagem é apoiada por várias legislações brasileiras, incluindo a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei de Liberdade Econômica, a Lei da Redesim, e resoluções do Comitê Gestor da Redesim (CGSIM).

## Fundamentação Legal

## Lei da Redesim

(Lei nº 13.874/2019)

A Lei de Liberdade Econômica estabelece garantias para a livre iniciativa e o livre exercício de atividades econômicas, simplificando o processo de licenciamento:

**Art. 3º** - "Fica dispensado de qualquer ato público de liberação da atividade econômica de baixo risco, incluídos os licenciamentos prévios, na forma de regulamento".

# Lei da Redesim

(Lei nº 11.598/2007)

Essa lei visa a simplificação e integração dos processos de registro e legalização de empresas, promovendo a integração entre órgãos municipais, estaduais e federais:

Art. 5º- A Resolução do CGSIM disporá sobre a classificação de risco das atividades, válida para todos os integrantes da Redesim, a ser observada na ausência de legislação estadual, distrital ou municipal específica, sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e observado o disposto no § 5º do art. 4º desta Lei.

§ 2º - Os atos públicos de liberação relativos à operação de estabelecimento empresarial terão vigência indeterminada, exceto quando houver risco, o que será fundamentado em ato da autoridade competente. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.040, de 2021).

§ 1º - Na hipótese de sobrevir legislação estadual, distrital ou municipal específica que disponha sobre a classificação de atividades, o ente federativo que editar a norma específica informará a alteração realizada ao CGSIM. (Incluído pela Lei nº 14.195, de 2021)

§ 2º - As licenças, os alvarás e os demais atos públicos de liberação serão considerados válidos até o cancelamento ou a cassação por meio de ato posterior, caso seja constatado o descumprimento de requisitos ou de condições, vedada a atribuição de prazo de vigência por tempo indeterminado.

## Resoluções do CGSIM

O Comitê Gestor da Redesim (CGSIM) emite resoluções para operacionalizar a simplificação dos processos. A Resolução CGSIM nº 51/2019, por exemplo, estabelece critérios para a classificação de risco das atividades econômicas:

**Art. 2º** - "Fica estabelecida a classificação nacional de atividades econômicas de baixo risco para fins de dispensa de atos públicos de liberação da atividade econômica".

# Benefícios da Definição do Grau de Risco



## Os desafios da Simplificação como parte da missão do vereador:

- ▶ A definição do grau de risco das atividades econômicas é essencial para promover um ambiente de negócios dinâmico e seguro no município.
- ▶ Baseado na legislação vigente e nas resoluções do CGSIM, é possível simplificar os processos de abertura e operação de empresas, ao mesmo tempo em que se garante a segurança e o desenvolvimento sustentável.
- ▶ Simplificar é um passo decisivo para o desenvolvimento econômico local, beneficiando tanto os empreendedores quanto a sociedade em geral.

# Alvará Permanente

**O Alvará de Funcionamento** é um documento imprescindível que autoriza o exercício de atividades comerciais, industriais ou de serviços em um determinado local. Tradicionalmente, o processo de obtenção desse alvará envolve diversas etapas burocráticas, que podem incluir a necessidade de um alvará provisório até a conclusão de todas as exigências legais. No entanto, com a modernização das leis e a implementação de sistemas como a Redesim e a Lei de Liberdade Econômica, esse processo tem sido simplificado, eliminando a necessidade de um alvará provisório em muitos casos.

## Legislação Pertinente

### 1. Lei de Liberdade Econômica

(Lei nº 13.874/2019)

Essa lei estabelece o princípio da presunção de boa-fé nas atividades econômicas e a liberdade para realizar negócios sem a necessidade de autorizações prévias para atividades de baixo risco. O artigo 3º da lei dispõe sobre a dispensa de alvará e licenças para atividades classificadas como de baixo risco, simplificando o processo e eliminando a necessidade de um alvará provisório.

*Você sabia que com a modernização da lei é possível eliminar o alvará provisório?*

**Artigo 3º:** "Fica dispensado de qualquer ato público de liberação da atividade econômica de baixo risco, incluídos os licenciamentos prévios, na forma de regulamento".

### 2. Lei de Liberdade Econômica

(Lei nº 11.598/2007)

A Redesim (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios) estabelece a integração dos processos de registro e legalização de empresas, permitindo a unificação das etapas de registro, inscrição fiscal e licenciamento. Com isso, as empresas podem obter o alvará de funcionamento de forma mais ágil e simplificada.

**Artigo 2º:** "A Redesim será responsável pela integração dos processos de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas nos âmbitos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".



**Art. 6º-A** Sem prejuízo do disposto no inciso I do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio, na forma prevista no art. 5º-A desta Lei, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e das entidades de registro, nos termos estabelecidos em resolução do CGSIM.

**§ 1º** O alvará de funcionamento será emitido com a assinatura de termo de ciência e responsabilidade do empresário, sócio ou responsável legal pela sociedade, que firmará compromisso, sob as penas da lei, de observar os requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambientais e de prevenção contra incêndio.

**§ 2º** Do termo de ciência e responsabilidade constarão informações sobre as exigências que deverão ser cumpridas antes do início da atividade empresarial.

**§ 3º** O CGSIM comunicará ao responsável pela integração nos Estados e no Distrito Federal sobre o recebimento de classificação própria prevista em legislação estadual, distrital ou municipal específica, caso em que o sistema aplicará a classificação respectiva e não a estabelecida pelo CGSIM na forma prevista no caput do art. 5º-A desta Lei.

### **3. Lei Complementar nº 123/2006** (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte)

O Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte prevê a simplificação dos procedimentos de abertura e funcionamento dessas empresas, facilitando o acesso ao alvará de funcionamento definitivo, sem a necessidade de um documento provisório, especialmente para atividades de baixo risco.

Artigo 8º: Estabelece a necessidade de um sistema integrado e simplificado para o registro e legalização de empresas.

## **Eliminação de Alvará Provisório**

Com a implementação dessas legislações e a integração de sistemas como a Redesim, a exigência de um alvará provisório foi reduzida ou eliminada para muitas atividades econômicas. A lógica por trás dessas mudanças é a de que o processo burocrático não deve ser um obstáculo para o empreendedorismo.

Ao dispensar o alvará provisório, as empresas podem iniciar suas operações mais rapidamente, desde que se comprometam a cumprir as exigências legais no prazo estabelecido e ainda podem continuar suas atividades de forma ininterrupta, o que não acontece quando é necessário a renovação do alvará. O que não ilide no processo de fiscalização ou eventuais cobranças de taxas, quando for o caso.

# Principais Benefícios

*Ganha o município e o empreendedor com a eliminação do alvará provisório, reduzindo burocracia e tornando mais rápido abrir uma empresa*

## Redução da Burocracia

A eliminação do alvará provisório evita que os empresários passem por etapas duplicadas ou desnecessárias.

## Confiança no Empreendedor

A legislação parte do princípio de presunção de boa-fé, confiando que os empreendedores seguirão as normas vigentes enquanto operam suas atividades.

## Celeridade

Os empresários podem iniciar suas atividades mais rapidamente, o que é crucial para a competitividade e a sustentabilidade dos negócios.

## Aspectos que merecem toda atenção do vereador ao revisar a legislação:

- A não exigência do alvará provisório representa um avanço significativo na desburocratização do ambiente de negócios no Brasil.
- A combinação da Redesim, a Lei de Liberdade Econômica e outras legislações facilita a abertura e o funcionamento de empresas, além de promover um ambiente mais dinâmico e propício ao empreendedorismo.
- É urgente que os municípios adotem essas práticas e atualizem suas legislações locais para refletir essas mudanças, assegurando que os benefícios dessas políticas sejam plenamente aproveitados.



# Código de Obras

O Código de Obras e Edificações é um conjunto de normas municipais que regulamenta a construção, reforma e demolição de edificações em um município. Esse código define os padrões técnicos, estéticos e funcionais que devem ser seguidos pelos projetos arquitetônicos e pelas construções, assegurando que as edificações atendam a critérios de segurança, salubridade, acessibilidade e impacto urbano.

# Funções e Utilidades

## Regulamentação Técnica

O Código de Obras estabelece os requisitos mínimos para a construção de edificações, incluindo normas de segurança estrutural, proteção contra incêndios, ventilação, iluminação, acessibilidade e uso adequado dos materiais.

## Controle Urbano

Esse código ajuda a organizar o espaço urbano, garantindo que as construções respeitem as diretrizes de zoneamento, preservem a harmonia estética da cidade e promovam a sustentabilidade ambiental.

## Simplificação dos Processos

A adoção de um Código de Obras simplificado e atualizado facilita os processos de licenciamento de construções, reduzindo a burocracia para os empreendedores e cidadãos que desejam realizar obras. Um código bem estruturado pode permitir a emissão de alvarás de construção de forma mais ágil e menos custosa.

# Importância dessas medidas

## Segurança e Qualidade das Construções

Ao seguir as normas estabelecidas no Código de Obras, as edificações se tornam mais seguras e duradouras, o que é indispensável para a proteção dos ocupantes e para a valorização imobiliária.

## Desburocratização e Eficácia

A atualização e simplificação do Código de Obras são fundamentais para reduzir a burocracia nos processos de aprovação de projetos e licenciamento de obras. Também estimula o desenvolvimento econômico e a inovação no setor da construção civil.

## Harmonização com Outras Normas

O Código de Obras deve estar alinhado com outras legislações urbanísticas, como o Plano Diretor, o Código de Posturas e as leis de uso e ocupação do solo, garantindo coerência e integração entre as diversas regulamentações municipais.

# Demandas Legislativas Potenciais para Atuação do Vereador

## Atualização do Código de Obras

Os municípios devem revisar e atualizar periodicamente seus Códigos de Obras para refletir as novas tecnologias, materiais de construção, técnicas arquitetônicas e exigências de sustentabilidade ambiental.

## Simplificação dos Procedimentos de Licenciamento

A implementação de medidas legislativas que simplifiquem os procedimentos de licenciamento de obras, como a emissão de alvarás online ou automatizados, pode ser essencial para desburocratizar o processo de construção e estimular o desenvolvimento urbano.

## Incentivos para Construções Sustentáveis

Legislações que incentivem a adoção de práticas de construção sustentável, como o uso de materiais recicláveis, sistemas de eficiência energética e captação de água da chuva, podem ser integradas ao Código de Obras, promovendo um desenvolvimento urbano mais responsável e ecologicamente correto.

## Grandes oportunidades para a atuação do vereador empreendedor podem estar na análise do Código de Obras:

O Código de Obras é um instrumento fundamental para o ordenamento urbano, garantindo que as construções sejam seguras, funcionais e alinhadas às diretrizes de desenvolvimento sustentável do município.

A atualização constante e a simplificação desse código são essenciais para promover a inovação no setor da construção civil e para facilitar a vida dos empreendedores e cidadãos.

Vereadores e gestores municipais devem estar atentos às oportunidades de modernização e desburocratização desse importante instrumento legal, assegurando que ele atenda às necessidades contemporâneas de urbanização e qualidade de vida.

### O que vimos nesse eixo:

**Simplificar** é a alma do negócio e o vereador tem papel decisivo na análise, revisão e criação de novas leis que fomentem os pequenos empreendimentos em seu município.

O Programa Cidade Empreendedora do Sebrae oferece aos vereadores metodologias a serem aplicadas em seu mandato para ajudar o município a avançar com a redução da burocracia para favorecer os pequenos negócios.

Revisar as leis existentes em seu município é o primeiro passo para a construção de um ambiente de negócio favorável a todos em sua cidade.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

# Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS** baseado no Eixo Simplificação.

## 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

# Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

Quais as áreas de modernização seriam prioridades em sua cidade? \_\_\_\_\_

[Grid area for writing]

■

E quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso? \_\_\_\_\_

[Grid area for writing]

■

Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato? \_\_\_\_\_

[Grid area for writing]

■

A atual gestão municipal é sensível a este instrumento de trabalho? \_\_\_\_\_

[Grid area for writing]

■

Como você pode atuar para sensibilizar o executivo municipal? \_\_\_\_\_

[Grid area for writing]

■

Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo? \_\_\_\_\_

[Grid area for writing]

■

# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Simplificação.

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

The diagram consists of a central circle with the text "Conceito ou Assunto:" inside. This central circle is surrounded by eight rectangular boxes, each containing horizontal lines for writing. The boxes are arranged in a circle around the central circle, with four boxes on the left, four on the right, and two at the top and bottom. The central circle and the boxes are connected by red lines that form a circular pattern around the center.

**Conceito ou Assunto:**



# Como comunicar de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

- ➔ Pense nas consequências negativas de não se ter implantado este eixo;
- ➔ Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Simplificação
- ➔ Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações deste eixo?
- ➔ Pense sobre como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.
- ➔ Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (livres, mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

# Leitura recomendada:

## ENAP – Boas práticas para a modernização dos Códigos de Obras e Edificações

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/933>



## Lei REDESIM

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111598.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111598.htm)



## MDIC – Guia - Boas Práticas para Códigos de Obras e Edificações

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/ambiente-de-negocios/competitividade-industrial/construa-brasil/produtos/identidade-atualizada-2024/convergencia-dos-codigos-de-obras-e-edificacoes-coe/construa-brasil-guia-orientativo-de-boas-praticas-para-codigos-de-edificacoes-2edicao-nova-id-visual.pdf>



## Lei de Liberdade Econômica

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm)

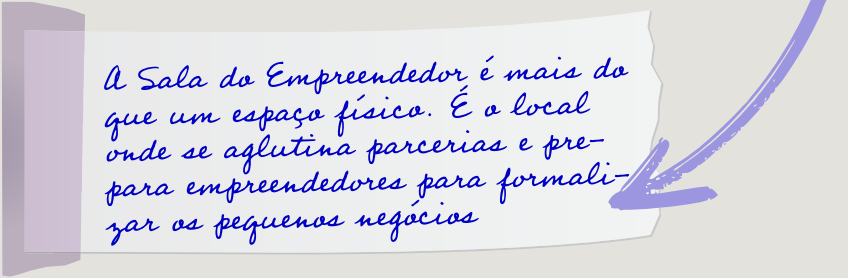


4° EIXO ——— □□□■□□□□□□

# SALA DO EMPREENDEDOR



É importante que os municípios tenham um local adequado, que ofereça todo o suporte necessário para as pessoas que desejam empreender. Mais do que um espaço físico, essa estrutura é um ponto de referência no município para auxiliar os pequenos com soluções rápidas, fáceis e inovadoras no processo de abertura de empresas. Este espaço é a **Sala do Empreendedor**, que aglutina parcerias público-privadas para estimular o empreendedorismo, preparar empreendedores para formalização de negócios e aumentar a longevidade, competitividade e inovação dos pequenos negócios.



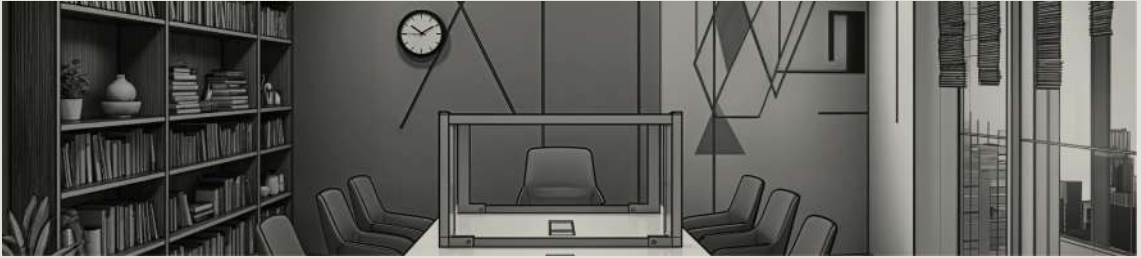
*A Sala do Empreendedor é mais do que um espaço físico. É o local onde se aglutina parcerias e prepara empreendedores para formalizar os pequenos negócios*

O vereador tem papel fundamental na implantação dessa estrutura, apoiando e ajudando a consolidar a iniciativa. **Entre as várias ações legislativas, o vereador pode promover a regulamentação da Sala do Empreendedor**, garantindo sua implementação e funcionamento eficiente, além de criar incentivos para a formalização de pequenos negócios, estabelecimento de parcerias público-privadas para oferecer suporte aos empreendedores.

A Sala do Empreendedor **é fundamental para desburocratizar a relação entre o município e os empresários**. Apoie sua regulamentação e faça da sala um ponto de referência para quem quer abrir ou expandir um negócio na sua cidade.

Vamos conhecer um pouco mais sobre o papel da Sala do Empreendedor, uma iniciativa que pode ser o grande diferencial para o desenvolvimento econômico de seu município?

# Conquistando Novas Parcerias



**Q**uando a prefeitura atua como agente articulador do desenvolvimento local, a formação de parcerias ganha destaque. Empresas, organizações governamentais e não-governamentais podem unir esforços para promover o desenvolvimento, gerando benefícios mútuos. Por exemplo, uma empresa que apoia escolas em uma área vulnerável pode reduzir custos com segurança, pois a melhoria da educação impacta diretamente a redução da criminalidade.

Essas parcerias devem ter objetivos claros e envolver todos os atores relevantes, como governos, empresas e comunidades. Criar estruturas como conselhos de desenvolvimento local ou consórcios intermunicipais pode fortalecer essas parcerias, impulsionando ações que agregam valor e mudam atitudes.

A Sala do Empreendedor é uma iniciativa importante nesse contexto, oferecendo serviços como formalização, capacitação e orientação para micro e pequenas empresas, bem como para microempreendedores individuais. A Sala facilita a obtenção de documentos, a exemplo de alvarás de funcionamento e inscrições municipais, e centraliza processos administrativos, simplificando a vida do empreendedor.

## Como é a Sala do Empreendedor?

A Sala do Empreendedor não é apenas um espaço físico, mas uma estratégia de desburocratização, que centraliza serviços e agiliza processos.

## Quais são seus principais objetivos?

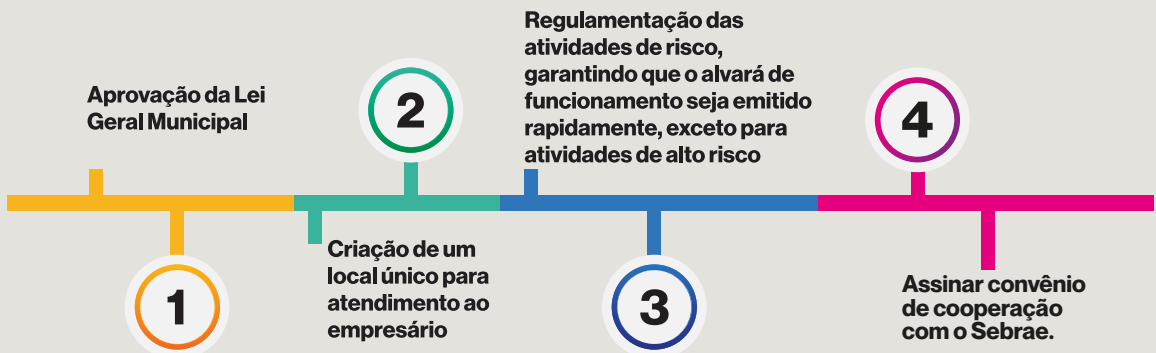
- Atendimento presencial e online.
- Unificação dos processos de inscrição, alteração e baixa de empresas.
- Simplificação e padronização de requisitos.
- Integração das ações municipais e estaduais.

Esse espaço deve acompanhar todos os trâmites empresariais, conforme previsto na **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (LC 123/2006)**, que exige a unicidade e linearidade dos processos de registro e legalização de empresas. Embora o nome “Sala do Empreendedor” seja comum, os municípios têm liberdade para escolher a denominação mais adequada.

# Como é a sua implementação e regulamentação?

**P**ara implantar a Sala do Empreendedor é essencial que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa esteja regulamentada no município. Isso cria a base legal necessária para o funcionamento do espaço e permite que a administração municipal firme parcerias para oferecer serviços focados no desenvolvimento dos pequenos negócios.

## Principais passos para criar a Sala do Empreendedor



Essa estrutura legislativa é fundamental para que o empreendedor possa iniciar suas atividades sem demora, promovendo um ambiente de negócios mais dinâmico e eficiente.

Vale destacar que não se trata exclusivamente da construção de determinado tipo de espaço, que pode assumir diferentes denominações, estruturas e formatos. A questão primordial é criar um lugar, com quantas salas e espaços forem necessários, no qual o empresário ou interessado deverá se dirigir sempre que precisar tratar de um assunto de natureza burocrática no município relacionado aos empreendimentos mercantis.

Além da desburocratização os atendentes orientam quanto a gestão da empresa, auxiliam os empresários locais em ações de compras públicas e oferecem soluções do Sebrae para empresários MEI, ME e EPP, e trocaram o termo "no qual o empresário deverá se dirigir" por "poderá".



Como pré-requisito essencial para todo o processo de implementação da Sala do Empreendedor, a Lei Geral deverá ter sido regulamentada no município, contemplando os principais aspectos da Lei Geral da ME e EPP.

Caso ainda não tenha sido atualizada e/ou regulamentada a Lei Geral da ME e EPP no município, sugerimos o embasamento em minutas fornecidas em consultorias pelo próprio Sebrae.

### Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas no Município

Adaptação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas ao contexto municipal, com ações específicas para a simplificação, incentivo e apoio a esse segmento crucial da economia local.

### A Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006)

é um marco para o fortalecimento do ambiente de negócios no Brasil. A implementação dessa lei no contexto municipal é fundamental para garantir que micro e pequenas empresas (MPEs) recebam o tratamento diferenciado e favorecido que a legislação estabelece, promovendo o desenvolvimento econômico local.

Caso ainda não tenha sido atualizada e/ou regulamentada a Lei Geral da ME e EPP no município, sugerimos o embasamento em minutas fornecidas em consultorias pelo próprio Sebrae.

# Ações Específicas para a Melhoria do Ambiente de Negócios

Para que a Lei Geral tenha um impacto significativo no desenvolvimento local, os municípios devem adotar uma série de ações específicas, dentre elas:

## Regulamentação da Sala do Empreendedor

- A **Sala do Empreendedor** é um espaço fundamental para centralizar os serviços de apoio aos empreendedores locais. A regulamentação desse espaço permite que os municípios ofereçam serviços como formalização de empresas, orientação sobre crédito, emissão de alvarás e regularização de pendências fiscais de forma integrada e simplificada.
- Essa regulamentação deve ser feita conforme as diretrizes da Lei Geral, garantindo que os empreendedores locais tenham um ponto de apoio para todas as suas necessidades, desde a abertura até a manutenção do negócio.

## Integração com a Redesim

- A **Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim)** é um sistema que integra todos os processos necessários para a abertura, alteração e fechamento de empresas. A integração do município à Redesim é necessária para simplificar e agilizar esses processos, reduzindo a burocracia e os custos para os empreendedores.
- A regulamentação municipal deve prever a automatização desses procedimentos, permitindo que o empreendedor possa realizar todos os trâmites de forma digital e com o mínimo de tempo possível.

## Fortalecimento da Figura do Agente de Desenvolvimento

- O **Agente de Desenvolvimento** é um profissional responsável por articular e coordenar as ações de desenvolvimento local, garantindo a implementação das políticas previstas na Lei Geral. Sua atuação é determinante para identificar as necessidades dos empreendedores locais e promover políticas que incentivem a criação e o crescimento de MPes.
- O município deve regulamentar essa função, garantindo que o Agente de Desenvolvimento tenha as ferramentas necessárias para desempenhar seu papel, como acesso a informações, apoio técnico e capacidade de articulação com outros órgãos governamentais e entidades de apoio ao empreendedorismo.

# Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

Como você poderia mobilizar parcerias para implantar a Sala do Empreendedor em sua cidade? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

Quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

O seu município já tem uma estrutura com função semelhante para facilitar a vida de quem quer empreender? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

Caso tenha, como você atuaria para melhorar as suas ações e atrair os pequenos empreendedores? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

De que forma você poderia atuar pela criação da Sala do Empreendedor? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

## O que vimos nesse eixo:

A regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas no âmbito municipal é um passo fundamental para melhorar o ambiente de negócios local.

Ao regulamentar a **Sala do Empreendedor**, integrar-se à Redesim e fortalecer a figura do Agente de Desenvolvimento, os municípios podem criar um ambiente mais favorável ao empreendedorismo, estimulando a criação de novos negócios, aumentando a geração de empregos e promovendo o desenvolvimento econômico sustentável.

Há ainda incentivos específicos na nova lei, como o de Compras Governamentais, garantindo incremento de participação de empresas locais nos certames licitatórios, o incentivo a startups, além de outros benefícios.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS** baseado no Eixo Sala do Empreendedor.

## 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Sala do Empreendedor.

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

**Conceito  
ou Assunto:**

The diagram consists of a central circle with the text "Conceito ou Assunto:" inside. This central circle is connected to eight surrounding rectangular boxes, each with horizontal lines for writing. The boxes are arranged in a circle around the central circle, with lines connecting them to the central circle's perimeter.



# Como comunicar de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

- ▶ Pense nas consequências negativas de não se ter implantado esse eixo;
- ▶ Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Sala do Empreendedor
- ▶ Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações desse eixo?
- ▶ Pense sobre como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.
- ▶ Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (livres, mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

# Leitura recomendada:

## Manual de Implementação da Lei Geral



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-implementar-a-lei-geral-nos-municipios.8b2ad1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>

## Sala do Empreendedor:



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/parceirodomunicipio/cidadeempreendedora/sala-do-empendedor%2C2743f46aedaaf810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

## Cartilha Salas do Empreendedor



<https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Artigos/1%20-%20Cartilha%20Orienta%C3%A7%C3%B5es%20do%20Sebrae%20sobre%20as%20Salas%20do%20Empreendedor.pdf>

## Curso ENAP – Gestão de Políticas Públicas para Pequenos Negócios



<https://www.escolavirtual.gov.br/corso/504>

## Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm)

## Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp128.htm)



5° EIXO ——— □□□□■□□□□□

# COMPRAS PÚBLICAS E ACESSO AO CRÉDITO



Esse é um eixo primordial do Programa Cidade Empreendedora, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento econômico local por meio de compras governamentais e facilitação de crédito.

*O vereador pode atuar na criação de cotas exclusivas para micro e pequenas empresas locais em licitações públicas.*

### **Você sabia?**

O vereador pode propor lei, decretos que possibilite o acesso dos pequenos negócios às compras e licitações do município.

A sua atuação nesse eixo, vereador, é fundamental quanto a proposição de legislações que atraiam a participação dos pequenos negócios nas licitações da prefeitura, de modo que os recursos arrecadados pelas empresas instaladas no município sejam reinvestidos na economia local e incentivando o crescimento dos pequenos negócios”.

**Vamos conhecer um pouco mais sobre as estratégias de fomento e estímulo ao desenvolvimento pela injeção e retenção de recursos na economia local?**

# Compras Governamentais e Benefícios às Empresas Locais

## Quais os benefícios para micro e pequenas empresas na Nova Lei de Licitações?

A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) facilita o acesso das MPEs aos contratos públicos, fortalecendo o desenvolvimento e a competitividade local.

### Algumas das principais vantagens oferecidas às MPEs pela nova lei

#### Preferência nas Contratações

A lei estabelece a prioridade para micro e pequenas empresas em licitações de menor valor, especialmente em contratações que não ultrapassem o limite de R\$ 80.000,00. Esse mecanismo visa garantir que as MPEs tenham mais oportunidades de participar das compras governamentais, incentivando o fortalecimento dos negócios locais.

#### Cotas de Contratação

Em licitações que envolvam o fornecimento de bens divisíveis, a administração pública deve reservar uma cota de até 25% para a contratação exclusiva de MPEs. Isso significa que, mesmo em grandes licitações, uma parte significativa dos contratos deve ser destinada às micro e pequenas empresas, aumentando suas chances de sucesso.

#### Empate Ficto

A nova lei mantém a regra do "empate ficto", que já estava presente na Lei Complementar 123/2006. Essa regra permite que, em caso de empate entre uma MPE e uma empresa de maior porte, a MPE tenha a oportunidade de apresentar uma nova proposta para cobrir a oferta da concorrente, favorecendo sua contratação.

# Necessidade de Regulamentação Municipal conforme a Lei Complementar 123/2006

**A Lei Complementar 123/2006** (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa) prevê diversas medidas para facilitar o acesso das MPEs aos mercados, incluindo as compras governamentais. Para que esses benefícios sejam plenamente aplicados no nível municipal, é essencial que os municípios regulamentem essas disposições em sua legislação local de Micro e Pequenas Empresas, conforme descrito anteriormente.

É importante também revisar as exigências documentais de documentação das MPE, como visto no Eixo Simplificação.

## Principais Pontos

### 1. Definição de Cotas e Preferências Locais

Os municípios devem regulamentar a reserva de cotas para MPEs em licitações, conforme estabelecido na Lei Complementar 123/2006 e reforçado pela Nova Lei de Licitações. Essa regulamentação é fundamental para assegurar que as empresas locais sejam efetivamente beneficiadas nas contratações públicas.

### 2. Implementação do Empate Ficto

A regulamentação deve garantir que o empate ficto seja aplicado em todas as licitações municipais, dando às MPEs a oportunidade de melhorar suas propostas e competir em igualdade com empresas de maior porte.

### 3. Estímulo ao Desenvolvimento Local

Além de definir cotas e preferências, os municípios podem criar incentivos adicionais para estimular a participação de MPEs locais em processos licitatórios, como a simplificação dos procedimentos de participação e a redução de exigências documentais.

### 4. Capacitação e Divulgação

Os municípios devem promover ações de capacitação para que as MPEs compreendam as regras e benefícios das licitações, além de divulgar amplamente as oportunidades de negócios para que as pequenas empresas possam se preparar e participar efetivamente dos processos.

A Nova Lei de Licitações, juntamente com a Lei Complementar 123/2006, oferece um conjunto robusto de ferramentas para promover a participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas.

Podemos citar que o Plano de Contratação Anual (PCA) é uma importante ferramenta de divulgação que pode auxiliar as pequenas empresas a participarem das licitações municipais, uma vez que esse documento apresenta o planejamento anual de todos os órgãos da prefeitura quanto aos serviços e produtos que serão contratados ou adquiridos ao longo do ano.



## O Papel estratégico da Câmara de Vereadores no fortalecimento das compras públicas da Agricultura Familiar



A Câmara pode ter um papel de protagonismo para fomentar o mercado institucional junto aos produtores locais, atuando em duas frentes simultâneas:

**Marco legal:** criando leis municipais que facilitem a compra da agricultura familiar.

**Fiscalização e orçamento:** garantindo que o Executivo cumpra a legislação e destine recursos de forma adequada.

Existem duas políticas públicas tradicionais importantíssimas no que tange ao fomento das compras da agricultura familiar:

**-Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)**

**-Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).**

*O vereador pode ter uma atuação decisiva para contribuir para o sucesso desses dois programas, criando um ambiente favorável ao agricultor familiar.*

## Fiscalizar a execução do PNAE

O PNAE é regulamentado pela Lei 11.947/09 e tem como objetivo a oferta de alimentos seguros, saudáveis e em quantidade adequada para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino de forma gratuita. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa recursos para o município, de acordo com o número de alunos matriculados para aquisição de alimentos. Desses recursos, é obrigatório que o município destine no mínimo 45% desses recursos para adquirir alimentos diretamente da agricultura familiar. Caso o município não cumpra com esse percentual, ele terá que devolver os recursos equivalentes a diferença do que não foi adquirido.

A Câmara Municipal aqui tem um papel fundamental de zelar para a aplicação adequada desses recursos. Para tanto, ela pode realizar algumas práticas:

- **Solicitar relatórios periódicos sobre o percentual comprado da agricultura familiar.**
- **Convocar secretários para explicar dificuldades e propor soluções.**
- **Criar normas que obriguem a Secretaria de Educação a apresentar, junto ao Plano de Contratações Anual (PCA), sendo um planejamento do ano das compras que serão realizadas da agricultura familiar.**
- **Apoiar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no acompanhamento da prestação de contas do FNDE, que fornece dados para garantir a transparência e permitir o monitoramento público.**



## Fortalecer o PAA Compra Institucional

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é regido pela Lei 14.628/23, e dentre suas modalidades está a Compra Institucional, que possibilita ao município adquirir com recursos próprios alimentos da agricultura familiar. Alimentos que antes eram comprados via licitação passam a ser adquiridos diretamente dos produtores, ampliando as oportunidades de vendas para a Administração Pública.

Com esta política, o legislativo pode ter duas atuações decisivas:

- **Orientar o Executivo Municipal quanto a possibilidade de adquirir gêneros alimentícios, antes comprados via licitação, diretamente dos agricultores familiares via Chamada Pública de PAA Compra Institucional.**
- **Instituir o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos, inserindo regras complementares, como por exemplo, a exigência prevista para órgãos federais também valha para o município de que no mínimo 30% dos recursos destinados a aquisição de gêneros alimentícios, sejam obrigatoriamente adquiridos da agricultura familiar.**
- **Garantir orçamento municipal complementar destinando recursos próprios para ampliar o alcance do PAA Compra Institucional, reforçando a compra de alimentos saudáveis para equipamentos públicos.**

## Incentivar e Regular a Feira do Produtor

Para além dos programas tradicionais, devemos lembrar que as feiras são o canal de venda mais tradicional que os produtores têm de comercializar seus produtos. Regular a feira contribui para que fique claro quem pode participar da feira, instituindo uma governança para deliberar sobre funcionamento, dentre outras iniciativas que visam fortalecer a feira e o produtor rural, impedindo que haja qualquer tipo de concorrência desleal.

## Criar o Vale-feira ou Tíquete-Feira

Ainda falando sobre o fortalecimento da feira do produtor, é possível desenvolver um projeto que une isso às compras públicas: o vale-feira ou tíquete-feira. Essa iniciativa consiste em um benefício concedido pelo Executivo Municipal a servidores públicos municipais ou a pessoas em situação de vulnerabilidade atendidas pela Rede Assistencial do município, que é dada em forma de um cartão ou moeda social que só pode ser gasta na feira, com produtores previamente cadastrados na Secretaria de Agricultura. Recebendo o vale-feira, o produtor emite a nota para a prefeitura, que efetuará o pagamento correspondente.

Para ilustrar, digamos que no município existam **500 servidores**. Se cada um recebesse **R\$ 40,00** por mês, seriam **R\$ 20.000,00** a mais circulando na feira todo mês e injetando recursos no município.



### O vereador aqui tem um papel crucial:

- Articulação com o Executivo para sua implementação, traçando estratégias para que seja viabilizado.
- Esse benefício precisa ser regulamentado! Então propor uma legislação para sua criação é essencial.
- Destinação de recursos para suprir esse benefício.

# Banco social municipal

A criação de um Banco Social Municipal é uma estratégia poderosa para promover o acesso ao crédito e serviços financeiros de forma inclusiva e sustentável, especialmente para pequenos empreendedores, cooperativas e a população de baixa renda. Essa iniciativa pode ser regulamentada e implementada por meio de leis municipais específicas, que estabeleçam a estrutura, as funções e os mecanismos de operação do banco social.



## Benefícios de um Banco Social Municipal

### 1

#### Facilitação de Acesso ao Crédito

Um banco social municipal pode oferecer linhas de crédito com condições mais acessíveis, como taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento mais longos, direcionadas a pequenos empreendedores, cooperativas e agricultores familiares.

Esse tipo de instituição pode atuar na inclusão financeira, proporcionando serviços bancários a pessoas que, de outra forma, não teriam acesso a crédito em instituições financeiras tradicionais.

### 2

#### Facilitação de Acesso ao Crédito

**O banco social pode trabalhar em conjunto com cooperativas locais, fornecendo financiamento para iniciativas coletivas e projetos comunitários,** o que fortalece o cooperativismo e o desenvolvimento local.

Além disso, o banco pode oferecer educação financeira e apoio técnico, auxiliando cooperativas e empreendedores a gerir seus recursos de forma eficiente.

*Fortalecer o cooperativismo é essencial*

# Exemplo Prático:

## Banco Palmas (Fortaleza - Ceará)

Um exemplo notável na região Nordeste é o Banco Palmas, no estado do Ceará. É o primeiro banco comunitário brasileiro, fundado em janeiro de 1998, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), um bairro com 30.000 habitantes, localizado no sul de Fortaleza (CE). O intuito da criação do banco foi de implementar ações de desenvolvimento local e inclusão social, as quais conferiram ao banco o motivo por ser considerado uma das principais experiências de economia solidária no Brasil.

### Funcionamento do Banco Social

#### Aportes de Recursos Públicos e Privados

A missão do Banco Palmas é implementar projetos de trabalho e geração de renda por meio de sistemas de economia solidária, onde todos são produtores, consumidores e atores sociais, focando primeiramente na superação da pobreza.

#### Envolvimento da Comunidade

O banco comunitário opera com forte participação comunitária, onde os próprios membros da comunidade participam na gestão e na concessão de crédito, assegurando que os recursos atendam às necessidades locais.

*Busque conhecer as iniciativas de bancos comunitários no Brasil e no exterior, pois elas podem inspirar uma iniciativa similar em seu município. E lembre-se: um vereador empreendedor pode provocar transformações importantes para a comunidade empresarial!*

### Impacto e Relevância

A criação de um banco social representa uma solução inovadora para os desafios de acesso ao crédito enfrentados por pequenos empreendedores e cooperativas em áreas urbanas e rurais. O modelo de Fortaleza pode ser replicado em outros municípios do Brasil, proporcionando um mecanismo eficaz para o fortalecimento econômico local.

Se precisar de mais informações ou detalhes sobre como implementar uma iniciativa similar em seu município, consulte a iniciativa do Banco Solidário: <https://bancomunicipal.org/regulacao>, e veja o modelo que utiliza o formato de Associação como a instituição recebedora e gerenciadora dos recursos.



# Aprendendo com a experiência de outros municípios:



**A criação de um banco social municipal, a exemplo de Cuiabá, demonstra como a combinação de recursos públicos e privados pode ser uma solução eficaz para promover a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico local.**



**Esse modelo de banco social oferece oportunidade concreta para fortalecer o cooperativismo e apoiar pequenos negócios, gerando impactos positivos e duradouros na economia dos municípios.**



**A experiência de Cuiabá serve como inspiração para outras localidades que buscam implementar soluções semelhantes, adaptadas às suas realidades locais.**



## O que vimos nesse eixo:

Que as Compras Públicas e Acesso ao Crédito são um eixo primordial para criar um ambiente de cidade empreendedora que favoreça os pequenos.

Que é preciso criar mecanismos facilitadores de crédito para os empreendedores de seu município.

Que o papel do vereador é criar as bases legais para que existam estruturas de financiamento do desenvolvimento local.

Que o vereador pode criar cotas para que os pequenos empresários participem do processo licitatório de compras públicas.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS** baseado no Eixo Compras Públicas e Acesso ao Crédito.

## 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

# Como comunicar de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

- ▶ Pense nas consequências negativas de não se ter implantado esse eixo;
- ▶ Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Compras Públicas e Acesso ao Crédito;
- ▶ Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações desse eixo?
- ▶ Pense em como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.
- ▶ Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

# Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

Quais as áreas de modernização seriam prioridades em sua cidade? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



E quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



A atual gestão municipal é sensível a este instrumento de trabalho? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Como você pode atuar para sensibilizar o executivo municipal? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Compras Públicas e Acesso ao Crédito.

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

The diagram consists of a central circle with the text "Conceito ou Assunto:" inside. This central circle is connected to eight surrounding rectangular boxes, each containing horizontal lines for writing. The boxes are arranged in a circle around the central circle, with four boxes on the left and four on the right. The central circle and the lines connecting it to the boxes are light blue.

**Conceito ou Assunto:**



Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (lives, mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

# Leitura recomendada:



## **ENAP - Gestão de Políticas Públicas para Pequenos Negócios - Aquisições Públicas**

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/514>

# Leitura recomendada:



**Decreto Federal Credenciamento – Pode incluir outros entes não federais no sistema Compras.Gov**

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11878.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11878.htm)



**DECRETO que regulamenta o prazo para pagamento diferenciado às micro e pequenas empresas do Município de Foz do Iguaçu**

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/decreto/2017/2568/25676/decreto-n-25676-2017-regulamenta-o-prazo-para-pagamento-diferenciado-as-micro-e-pequenas-empresas-do-municipio-de-foz-do-iguacu>



**LEI COMPLEMENTAR N° 369, DE 16 DE MARÇO DE 2022. Tratamento diferenciado a Empresas locais em Foz do Iguaçu**

<http://leismunicipa.is/wjzpq>



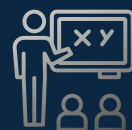
**Banco Digital Solidário – ONG**

<https://bancomunicipal.org/regulacao/>

6° EIXO —



# EMPREENDEDORISMO NA ESCOLA



**Empreendedorismo também se aprende na escola.** Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social que impacte a vida das pessoas exige estratégias de estímulo à criatividade e de identificação do potencial local para gerar riquezas. A escola é, por excelência, o ecossistema onde a cultura empreendedora deve ser semeada e disseminada. Mais do que preparar para o mercado de trabalho, o empreendedorismo na escola visa despertar o protagonismo e a autonomia, capacitando crianças e jovens a formularem respostas criativas para os desafios de sua realidade local.

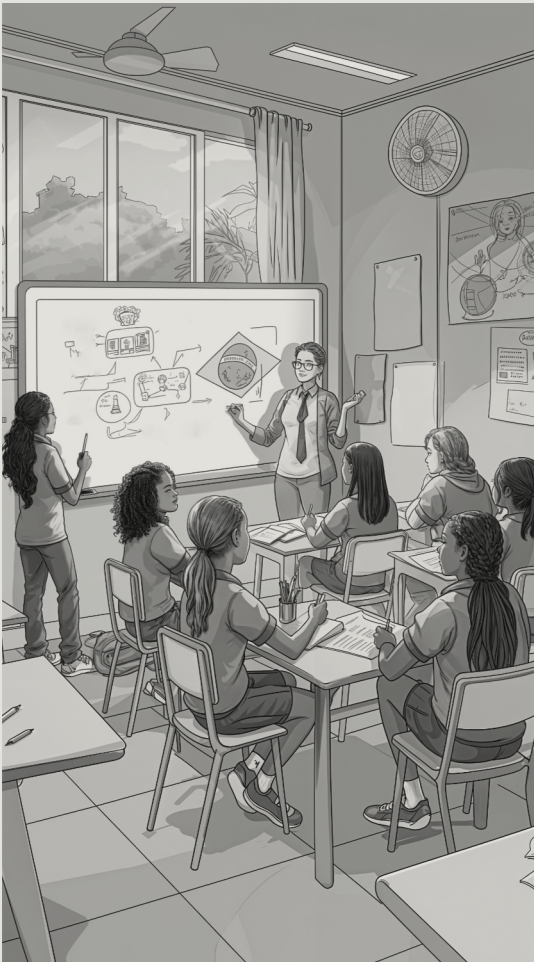
**Cabe ao vereador atuar como facilitador desse processo, propondo leis e políticas públicas que formalizem a inserção do empreendedorismo nas escolas municipais.** Ao incentivar um ambiente favorável à iniciativa, o poder público garante que a educação seja o motor de uma transformação sustentável, conectando o aprendizado em sala de aula com a prosperidade do município. Mais do que uma disciplina, o empreendedorismo nas escolas brasileiras tem se consolidado como uma ferramenta de transformação social.

Projetos bem-sucedidos integram o conteúdo programático a vivências práticas, como feiras de **empreendedorismo que conectam a escola** à comunidade local. Nessas ocasiões, o aluno deixa de ser apenas um espectador para se tornar um realizador, testando suas ideias e desenvolvendo a confiança necessária para protagonizar o desenvolvimento econômico de sua região. Essa abordagem prática é o que transforma o conhecimento teórico em valor real para a sociedade.

No âmbito do **Programa Cidade Empreendedora do Sebrae, este eixo estratégico atua na articulação de parcerias para consolidar a cultura empreendedora nas instituições de ensino.** A iniciativa promove um diagnóstico do ambiente institucional e foca na formação continuada de gestores e educadores, capacitando-os a mediar competências que transcendem os muros da escola. Ao incorporar o pensamento crítico e a inovação no dia a dia escolar, formamos cidadãos capazes de solucionar problemas reais, entregando ferramentas de autonomia para que os estudantes sejam os verdadeiros agentes do progresso local.

## Qual a Importância do Empreendedorismo na Educação?

O ensino do empreendedorismo nas escolas é fundamental para formar uma geração de jovens mais preparados e autônomos. Ao desenvolver habilidades empreendedoras, os alunos aprendem a identificar oportunidades, criar soluções inovadoras e lidar com desafios de forma proativa. Essas competências são essenciais não apenas para aqueles que desejam abrir seus próprios negócios, mas também para qualquer carreira profissional que exija criatividade e capacidade de inovação.



## Benefícios do Empreendedorismo na Escola

### Desenvolvimento de Habilidades Transversais

Os alunos aprendem a trabalhar em equipe, a negociar, a planejar e a tomar decisões de forma autônoma, habilidades que são valiosas em qualquer contexto profissional.

### Incentivo à Inovação e Criatividade

O programa estimula os estudantes a pensar fora da caixa e a buscar soluções inovadoras para problemas reais, incentivando uma mentalidade empreendedora desde cedo.

### Preparação para o Mercado de Trabalho

Os jovens saem da escola mais preparados para os desafios do mercado de trabalho, com uma visão clara das possibilidades de criar e gerir seus próprios negócios.

# Demandas Legislativas Potenciais para o Vereador

Com a implementação do empreendedorismo nas escolas, podem surgir demandas legislativas voltadas para:

## Inclusão do Empreendedorismo no Currículo Escolar

A aprovação de leis municipais que formalizem a inclusão do empreendedorismo como uma disciplina obrigatória ou transversal no currículo das escolas municipais, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a essa formação.

## Criação de Programas de Capacitação para Professores

Legislações que estabeleçam programas de capacitação para professores, para que eles possam ensinar empreendedorismo de forma eficaz, integrando esses conteúdos de maneira prática e relevante para os estudantes.

## Parcerias com o Setor Privado e ONGs

Incentivo à criação de parcerias entre as escolas e o setor privado ou organizações não governamentais, para oferecer oficinas, palestras e projetos que complementem o ensino do empreendedorismo.

**Quer saber mais sobre como o empreendedorismo pode ser integrado ao currículo escolar e os benefícios dessa iniciativa? Consulte o conteúdo completo no portal do Sebrae, link:**



[Empreendedorismo na Escola - Sebrae](#)

### O que vimos nesse eixo:

A introdução do Empreendedorismo na Escola é uma estratégia poderosa para transformar a educação e preparar os jovens para os desafios do futuro. Vereadores desempenham um papel fundamental ao aprovar leis necessárias para implementar tais políticas, assegurando o crescimento sustentável e inclusivo do município.

Vereadores podem desempenhar um papel crucial na criação de leis que garantam a implementação desse tipo de ensino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades.

Em diversas cidades brasileiras, programas de empreendedorismo nas escolas já foram implementados com sucesso.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

# Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS** Eixo Empreendedorismo na Escola.

## 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

# Como comunicar de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

- ➔ Pense nas consequências negativas de não se ter implantado esse eixo;
- ➔ Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Empreendedorismo na Escola;
- ➔ Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações desse eixo?
- ➔ Pense em como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.
- ➔ Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

# Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

Quais as áreas de modernização seriam prioridades em sua cidade? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



E quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



A atual gestão municipal é sensível a este instrumento de trabalho? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Como você pode atuar para sensibilizar o executivo municipal? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Empreendedorismo na Escola.

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

The diagram consists of a central circle with the text "Conceito ou Assunto:" inside. This central circle is connected to eight surrounding rectangular boxes, each containing horizontal lines for writing. The boxes are arranged in a circle around the central circle, with four boxes on the left, four on the right, and two at the top and bottom. The central circle and the lines connecting it to the boxes are orange, while the boxes themselves are white with black outlines and horizontal lines.

**Conceito ou Assunto:**



Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (livres, mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

# Leitura recomendada:

## Sebrae Educação Empreendedora



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/educacaoempreendedora>



<https://cer.sebrae.com.br/>

## Empreendedorismo na Escola



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/parceirodomunicipio/cidadeempreendedora/empreendedorismo-na-escola%2Cba847413d7aaf810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

## Educação empreendedora no ensino fundamental



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/educacaoempreendedora-no-ensino-fundamental%2C0c54be061f736410VgnVCM2000003c74010aRCRD>

## Cidade Empreendedora



<https://cidadeempreendedora.ms.sebrae.com.br/para-engajar-professores-de-municipios-cidade-empreendedora-palestra-expo-metodologia-voltada-para-o-empreendedorismo/>

## Cursos EAD Sebrae Educação Empreendedora



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/educacaoempreendedora/professores>

## Premiações:



<https://desafioligajovem.com.br/>



<https://www.educadortransformador.com.br/>

7° EIXO ——— □□□□□□■□□□

# INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA



O eixo de **Inclusão Socioprodutiva** do Programa Cidade Empreendedora tem o objetivo de criar oportunidades de geração de renda e emprego para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, promovendo a autonomia financeira e a melhoria da qualidade de vida. A inclusão produtiva busca integrar essas pessoas ao mercado de trabalho formal ou ao empreendedorismo, por meio de capacitação, acesso a crédito e outras formas de apoio.

*Inclusão socioprodutiva cria oportunidades de geração de emprego para pessoas em situação de vulnerabilidade, promove autonomia financeira e melhora a qualidade de vida*

**A inclusão socioprodutiva é fundamental para reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico sustentável.**

Ela possibilita que indivíduos em situação de vulnerabilidade desenvolvam suas habilidades e se tornem ativos economicamente, o que contribui para o crescimento da economia local e a redução da pobreza.

E o vereador, **profundo conhecedor da realidade de sua comunidade, deve atuar para acelerar o processo de criação de oportunidades de trabalho e renda** para as camadas menos favorecidas da sociedade.

*Profundo conhecedor da realidade de sua comunidade, o vereador deve atuar para acelerar o processo de criação de oportunidades de trabalho e renda para os mais vulneráveis*

Veja a seguir algumas ações que exigem a sua participação e que têm efeito multiplicador na economia de sua cidade, trazendo oportunidades de trabalho e renda para quem mais precisa.

# Benefícios

## Empoderamento Econômico

A inclusão produtiva oferece às pessoas a oportunidade de se tornarem economicamente independentes, diminuindo sua dependência de programas assistenciais e aumentando sua capacidade de contribuir para a economia local.

## Desenvolvimento de Habilidades

Programas de capacitação e treinamento ajudam os participantes a adquirir novas habilidades, tornando-os mais competitivos no mercado de trabalho ou mais preparados para iniciar seus próprios negócios.

## Acesso a Crédito

Facilitar o acesso a microcrédito e outras formas de financiamento é essencial para que as pessoas possam investir em seus negócios ou em oportunidades de geração de renda.

## Arranjos Produtivos Locais e Núcleos Setoriais

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Núcleos Setoriais são instrumentos fundamentais na estratégia de inclusão socioprodutiva, pois permitem a organização de atividades econômicas em grupos; favorece o desenvolvimento de setores específicos e o fortalece as cadeias produtivas locais.



# Identificação de Arranjos Produtivos Locais

A identificação de APLs envolve a análise das potencialidades regionais, considerando os recursos naturais, as tradições locais e as vocações econômicas de cada comunidade. É primordial mapear as atividades econômicas predominantes e identificar quais setores possuem maior potencial de crescimento, considerando aspectos como a presença de mão de obra qualificada, infraestrutura disponível e acesso a mercados.



## Núcleos Setoriais

Os Núcleos Setoriais são agrupamentos de empresas ou empreendedores de um mesmo setor que se organizam para promover o desenvolvimento conjunto, a inovação e a competitividade. Esses núcleos permitem a troca de experiências, a realização de compras coletivas, a promoção conjunta de produtos e a melhoria das condições de trabalho e produção.

## Tratativa de Demandas

A tratativa de demandas dentro de APLs e Núcleos Setoriais deve ser feita de forma participativa, envolvendo todos os atores locais, desde os pequenos produtores até os grandes investidores. É necessário criar espaços de diálogo e fóruns de discussão, onde as necessidades e desafios possam ser apresentados e debatidos coletivamente. Além disso, é fundamental que o poder público atue como facilitador, criando políticas e incentivos que apoiem o desenvolvimento desses arranjos e núcleos, como isenções fiscais, acesso a crédito facilitado e programas de capacitação direcionados.

# Demandas Legislativas Potenciais para o Vereador

Com a implementação de programas de inclusão produtiva, como a formação de APLs e Núcleos Setoriais, podem surgir demandas legislativas voltadas para as seguintes ações:

## Criação de Programas de Capacitação

Há necessidade de leis municipais que estabeleçam programas permanentes de capacitação e treinamento para pessoas em situação de vulnerabilidade, com foco em habilidades práticas, empreendedorismo, e organização em APLs.

## Incentivos Fiscais e Tributários:

Requer leis que ofereçam incentivos fiscais e tributários para empresas que contratam pessoas oriundas de programas de inclusão produtiva ou que participam de APLs e Núcleos Setoriais.

## Parcerias Público-Privadas

Necessário incentivo à criação de parcerias entre o setor público e privado para desenvolver programas de inclusão produtiva e apoiar APLs, ampliando o alcance e o impacto dessas iniciativas.

Quer saber mais sobre o eixo de Inclusão Produtiva e como ele pode ser implementado no seu município? Consulte o conteúdo completo no portal do Sebrae, endereço eletrônico



[www.sebraego.com.br](http://www.sebraego.com.br)

### O que vimos nesse eixo:

A Inclusão Socioprodutiva, aliada à formação de Arranjos Produtivos Locais e Núcleos Setoriais, é uma estratégia poderosa para promover o desenvolvimento econômico e social.

Integra indivíduos em situação de vulnerabilidade ao mercado de trabalho e ao empreendedorismo.

- Vereadores podem desempenhar um papel fundamental na criação de leis que garantam a sustentabilidade desses programas, incentivando a capacitação, o acesso a crédito, e a formação de parcerias que ampliem as oportunidades de geração de renda e fortalecimento dos setores econômicos locais.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

# Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS** Eixo Inclusão Socioproductiva.

## 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

# Como comunicar de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

- ➔ Pense nas consequências negativas de não se ter implantado esse eixo;
- ➔ Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Inclusão Socioprodutiva;
- ➔ Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações desse eixo?
- ➔ Pense em como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.
- ➔ Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

# Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

Quais as áreas de modernização seriam prioridades em sua cidade? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



E quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



A atual gestão municipal é sensível a este instrumento de trabalho? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Como você pode atuar para sensibilizar o executivo municipal? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Inclusão Socioprodutiva.

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:





Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (livres, mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## Leitura recomendada:

### Desenvolvimento local, como fazer?



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/desenvolvimento-local-como-fazer,304ad1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>

### Arranjos Produtivos Locais



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Busca?q=arranjos%20produtivos%20locais>



8° EIXO ——— □□□□□□□■□□

# IDENTIDADE, VOCACÕES E MERCADO



Saber qual é a identidade e a vocação de sua cidade é tão importante quanto conhecer a si mesmo na hora de iniciar um projeto de vida ou de carreira. É importante pensar várias questões relativas ao modo de vida da população ao propor novos caminhos e novas formas de caminhar.

Por exemplo, o que torna sua cidade diferente das demais? O que ela tem de atrativo e que enche os olhos de quem a visita pela primeira vez? Como os moradores de sua cidade vivem e trabalham? O que eles produzem de melhor? **Primeiro é preciso conhecer e conhecer bem, amparado em estudos e metodologias confiáveis, antes de agir.**

É importante lembrar que intervenções setoriais possuem relação direta com a identidade local e demandam participação do poder público municipal. Esse é um ponto importante na construção da agenda do vereador empreendedor.

O Marketing Territorial é uma estratégia poderosa para promover e posicionar um município como um polo atrativo para investimentos, turismo e novos negócios. Essa abordagem é focada em destacar as vantagens competitivas de uma região, valorizando seus recursos, cultura e potencial econômico para atrair empresas e talentos, impulsionando o desenvolvimento local.

**Vamos conhecer um pouco mais sobre o Marketing Territorial?**

# Qual a Importância do Marketing Territorial e do Fomento ao Turismo?

*Marketing territorial é uma estratégia integrada que transforma a imagem do município e promove o seu desenvolvimento*

**Marketing Territorial** vai além da simples promoção de um local. Trata-se de uma estratégia integrada que busca transformar a imagem do município e alavancar seu crescimento econômico. A aplicação dessas estratégias pode criar um ambiente favorável para a instalação de novos negócios e o desenvolvimento dos setores econômicos locais. Isso envolve a criação de uma identidade territorial que seja reconhecida e valorizada tanto por investidores quanto pela própria população.

**Cada município possui setores econômicos que se destacam e que podem ser potencializados por meio do marketing territorial.** Identificar e promover esses setores é fundamental para criar uma rede forte e coesa que atraia investimentos e impulse o desenvolvimento local.

Também na implementação de estratégias de Marketing Territorial, podem surgir demandas legislativas que são um campo fértil para a atuação do vereador. Eis aqui algumas:



## Criação de Zonas Especiais de Desenvolvimento

- Áreas onde sejam concedidos incentivos fiscais ou regulatórios para atrair empresas e investimentos específicos.

## Apoio ao Turismo e Cultura Local

- Legislações que incentivem o turismo sustentável, protejam o patrimônio cultural e promovam eventos que destacam as particularidades do município.

Em Goiás, municípios têm se beneficiado de estratégias de marketing territorial focadas no turismo cultural e histórico. **A criação** de legislações que apoiem eventos culturais, festivais e a preservação do patrimônio tem sido decisivo para transformar a cidade em um destino turístico de destaque.

*O vereador pode criar leis para apoiar eventos culturais, festivais e preservação do patrimônio*

# Promoção do Turismo

**D**estacamos aqui ações de incentivo ao turismo local como forma de gerar receitas e atrair investimentos, além do desenvolvimento de estratégias para promover os atrativos turísticos do município. Vamos conhecer um pouco mais sobre a regulamentação do setor turístico?

## LEI GERAL DO TURISMO (LGT) – LEI Nº 11.771


### Oportunidades e pontos de atenção para os pequenos negócios


Aprovada em setembro de 2008, a Lei Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, também conhecida como Lei Geral do Turismo (LGT) e marco regulatório do turismo, reúne normas relacionadas ao setor que antes estavam dispersas na legislação brasileira, sendo muitas vezes interpretadas de diversas formas. Para os pequenos negócios do setor, seguir a legislação é uma oportunidade de desenvolvimento legal e consciente.


### Regulamentação a favor do turismo


Com a atuação do Ministério do Turismo e com a aprovação da Lei Geral do Turismo, diversos programas de qualificação e promoção são oferecidos aos empreendedores do setor, elevando e fortalecendo o potencial turístico nacional.


### Confira aqui algumas das oportunidades/benefícios para as micro e pequenas empresas com a Lei Geral do Turismo:


- 


**Garante visibilidade e credibilidade as empresas perante os clientes, já que informações dos empreendimentos podem ser consultados por qualquer usuário no Cadastur;**
- 


**Estimula a profissionalização e o amadurecimento das MPE, que o cadastramento implica diretamente na regularização e efetividade do negócio;**
- 

**Estabelece as atribuições do Estado diante do setor turístico, que estão descritas na lei Nº 11. 771 propiciando uma base mais sólida ao desenvolvimento do setor;**
- 

**Padroniza e controla a qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelas empresas do setor. A fim de desenvolver a imagem do turismo regional e nacional;**
- 

**Possibilita a aplicação de recursos financeiros por meio do Fundo Geral do Turismo que consiste no crédito fundamental para o fomento da atividade turística;**
- 

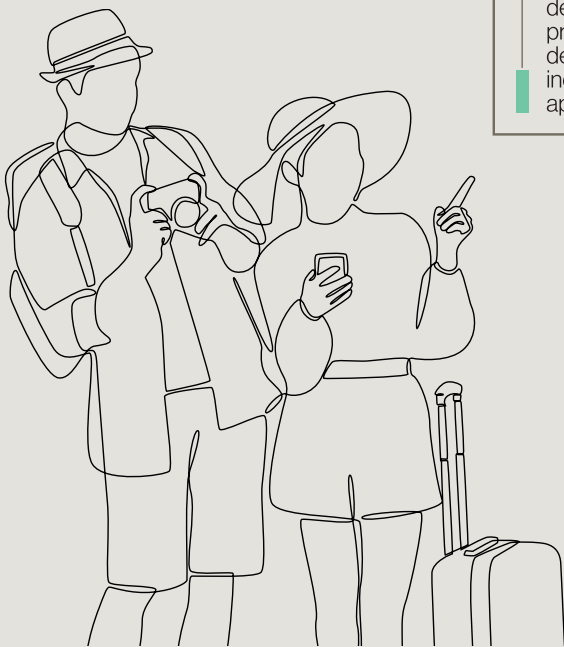
**Minimiza os prejuízos causados pela diferença de movimento/consumo entre as altas e as baixas temporadas;**
- 

**Beneficia os projetos turísticos que priorizam a prática do desenvolvimento ambiental sustentável. Saiba mais sobre Turismo Sustentável no Relatório de Junho;**
- 

**Possibilita o desenvolvimento de uma estratégia de divulgação e propaganda gratuita do negócio por meio do Cadastur.**

**A**s leis federais, como a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008) no Brasil, geralmente precisam ser regulamentadas pelos municípios para que sejam efetivamente implementadas em âmbito local. A regulamentação municipal permite adaptar as diretrizes gerais da lei federal às especificidades e necessidades locais, garantindo uma aplicação mais eficiente e adequada.

Ao regulamentar a Lei Geral do Turismo em nível municipal, a cidade pode garantir uma aplicação mais eficaz e alinhada com as realidades e necessidades locais, promovendo um desenvolvimento turístico mais equilibrado e sustentável.



Para incrementar o turismo no município, o vereador tem um enorme campo de atuação com pautas empreendedoras. Por isso, a importância de conhecer bem as leis que tratam do tema e identificar nelas o que pode ser aplicado e replicado em nível local.

### O que vimos nesse eixo:

Um dos pontos de destaque no eixo Identidade, Vocações e Mercado é o Marketing Territorial. Ao adotá-lo, os municípios podem se posicionar como destinos atrativos para negócios e turismo, destacando suas características únicas e potencial econômico.

Vereadores devem estar atentos às possíveis demandas legislativas que surgem desse processo, como a necessidade de criar zonas de desenvolvimento econômico, legislações de incentivo ao turismo e à cultura, e políticas que apoiem os setores estratégicos identificados.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

# Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS** Eixo Identidade, Vocações e Mercado.

## 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

## Como comunicar de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

- ➔ Pense nas consequências negativas de não se ter implantado esse eixo;
- ➔ Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Identidade, Vocações e Mercado;
- ➔ Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações desse eixo?
- ➔ Pense em como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.
- ➔ Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

# Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

Quais as áreas de modernização seriam prioridades em sua cidade? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

■

E quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

■

Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

■

A atual gestão municipal é sensível a este instrumento de trabalho? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

■

Como você pode atuar para sensibilizar o executivo municipal? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

■

Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo? \_\_\_\_\_

[Grid area for notes]

■

# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Identidade, Vocações e Mercado.

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

The diagram consists of a central circle with the text "Conceito ou Assunto:" inside. This central circle is connected to eight surrounding rectangular boxes, each containing horizontal lines for writing. The boxes are arranged in a circle around the central circle, with lines connecting them to the central circle's perimeter.

**Conceito ou Assunto:**



Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (livres, mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## Leitura recomendada:

### Lei da Política Nacional do Turismo



[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm)

### Lei Geral do Turismo



[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/921286ccfaa12969325c4e93ea927d2e/\\$File/32289.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/921286ccfaa12969325c4e93ea927d2e/$File/32289.pdf)

9 ° EIXO ——— □□□□□□□□■□



**INOVAÇÃO**



O verbo inovar reflete a grande capacidade humana de caminhar junto com as transformações do mundo, e mais do isso, ser o motor dessas transformações. **Inovar não é reinventar a roda, mas colocá-la em novas perspectivas e engrenagens de funcionamento, não deixá-la parar no tempo. Na vida e no mundo dos negócios inovar é a palavra-chave da sobrevivência.** Se quero estar vivo e no jogo amanhã, preciso começar a inovar hoje pensando sempre a frente do meu tempo e da concorrência. E o bom de tudo isso é que inovar também se aprende, com mudança de mentalidade, comportamento e novas visões de mundo.

Inovação é um dos grandes eixos do Programa Cidade Empreendedora do Sebrae, que tem foco na formação e fortalecimento do ecossistema local de inovação, movimentando uma rede para atuar na implementação de Cidades Inteligentes.

O Programa Cidade Empreendedora visa promover o desenvolvimento sustentável e o uso de tecnologias inovadoras para impulsionar o crescimento econômico dos municípios. Essa abordagem busca integrar práticas sustentáveis aos processos produtivos, incentivar a adoção de novas tecnologias e criar um ambiente favorável à inovação, contribuindo para um futuro mais sustentável e competitivo.

# Qual é a Importância da Inovação?

A inovação é fundamental para que os municípios possam se adaptar às novas exigências do mercado e das regulamentações empresariais. A adoção dessas práticas não apenas melhora a eficiência e reduz custos, mas também fortalece a imagem do município como um lugar comprometido com o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais.

## Benefícios da Inovação e Sustentabilidade

### Redução de Impactos Ambientais

A implementação de práticas sustentáveis ajuda a minimizar os impactos ambientais das atividades econômicas, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e a redução de resíduos.

### Aumento da Competitividade

O incentivo à inovação permite que as empresas locais adotem novas tecnologias e processos que aumentem sua eficiência e competitividade no mercado.

### Desenvolvimento Econômico Sustentável

Ao **integrar** inovação e sustentabilidade, os municípios podem atrair novos investimentos, criar empregos de qualidade e promover um crescimento econômico que respeite o meio ambiente.

*Unindo inovação e sustentabilidade, os municípios atraem investimentos, criam empregos de qualidade e fazem a economia crescer com respeito ao meio ambiente*



## Demandas Legislativas Potenciais para o Vereador no campo da inovação

A implementação de políticas de inovação e sustentabilidade pode gerar demandas legislativas para o vereador relacionadas ao estímulo à inovação. Exemplos:

### Incentivos Fiscais para Práticas Sustentáveis:

Leis que ofereçam incentivos fiscais para empresas que adotem práticas sustentáveis, como o uso de energias renováveis, reciclagem e redução de emissões.

### Criação de Parques Tecnológicos e Incubadoras:

Legislações que incentivem a criação de parques tecnológicos e incubadoras de empresas voltadas para a inovação e sustentabilidade, oferecendo apoio técnico e financeiro para startups e empresas inovadoras.

### Incentivos Fiscais para Práticas Sustentáveis:

Leis que estabeleçam programas de educação e capacitação voltados para a inovação e sustentabilidade, preparando os trabalhadores locais para as novas demandas do mercado.

## O que vimos nesse eixo:

O eixo de Inovação do Programa Cidade Empreendedora oferece uma oportunidade única para os municípios modernizarem suas economias e adotarem práticas de desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Vereadores têm um papel decisivo ao criar leis que incentivem a inovação, ofereçam apoio às empresas locais e promovam a educação voltada para a sustentabilidade.

Com planejamento e foco, baseado nesse eixo, os vereadores podem garantir que seus municípios estejam preparados para os desafios e oportunidades do futuro.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

# Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVA** no Eixo Inovação.

## 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

# Como comunicar de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

▶ Pense nas consequências negativas de não se ter implantado esse eixo;

▶ Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Inovação.

▶ Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações desse eixo?

▶ Pense em como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.

▶ Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

# Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

Quais as áreas de modernização seriam prioridades em sua cidade? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



E quais ferramentas poderiam ser desenvolvidas para isso? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Quais são as demandas legislativas potenciais dentro desse eixo que você poderia desenvolver em seu mandato? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



A atual gestão municipal é sensível a este instrumento de trabalho? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Como você pode atuar para sensibilizar o executivo municipal? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



Quais as etapas você colocaria no seu plano legislativo para esse eixo? \_\_\_\_\_

Grid for notes.



# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Inovação.

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

**Conceito  
ou Assunto:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

# Banco de Ideias Legislativas baseado no Eixo Inovação.

PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA:	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (ivs. mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

# Sebrae – Inovação nas Políticas Públicas

## Lei da Política Nacional do Turismo



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/inovacao-nas-politicas-publicas,e864f02b11357810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=A%20inova%C3%A7%C3%A3o%20C3%A9%20essencial%20para,econ%C3%B4mico%20e%20gerar%20mais%20empregos>

## Sebrae – Catalizagov - Contrate soluções inovadoras para desafios públicos!



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/catalisagov>

## Sebrae – Curso – Inova Gov



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/inovagov,7654a8c3f4608810VgnVCM100001b00320aRCRD>

## Sebrae – Curso - Políticas públicas de incentivo aos pequenos negócios



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/politicas-publicas-de-incentivo-aos-pequenos-negocios,bbc0b8a6a28bb610VgnVCM1000004c00210aRCRD>

## ENAP - Métodos e Ferramentas para Inovação em Políticas Públicas



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/664>

# Sebrae – Inovação nas Políticas Públicas

## ENAP - Era Digital, Planejamento Estratégico e Inovação na Gestão Pública



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/768>

## ENAP – Cidades Inteligentes



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/489>

## Sebrae – Curso – Inova Gov



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/inovagov,7654a8c3f4608810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

## ENAP - Marco Legal das Startups - Contratando Inovação no Setor Público



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/951>

## ENAP - Assembleias Cidadãs: inovação democrática na prática



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1031>

## ENAP – Gestão da inovação para o setor público



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/416>

**Marco Legal das Startups - trouxe inovações legislativas, em especial quanto ao acesso a investimentos e crédito, direito societário e regulamentação experimental.**



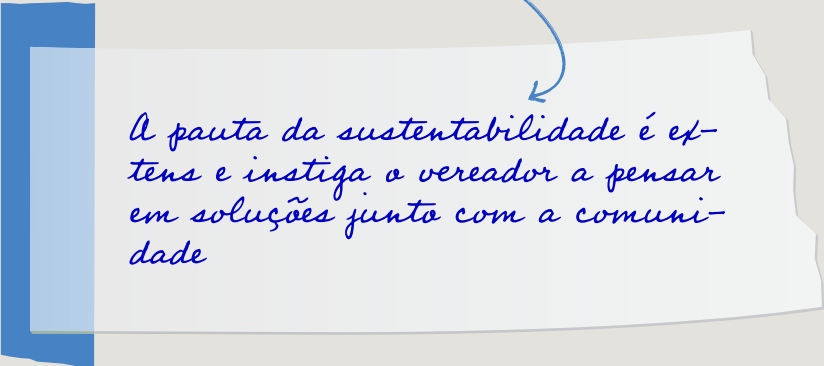
[https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/legislacao\\_marco-lega-startups.pdf](https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/legislacao_marco-lega-startups.pdf)



Adaptação é outro termo de grande relevância na atualidade e no Programa Cidade Empreendedora. **Quem tem poder de adaptação tem mais chances de acompanhar e aprender com as mudanças** e, rapidamente, se reposicionar para o enfrentamento dos constantes desafios. E aqui vamos falar de medidas de adaptação às mudanças climáticas, que refletem a enorme preocupação e mobilização para a preservação do planeta. Estão na pauta do programa temas como produção e uso de energias renováveis, desenvolvimento de negócios da bioeconomia, reflorestamento e preservação de recursos naturais, substituição de combustíveis fósseis, prevenção de desastres climáticos, logística reversa e reciclagem de resíduos e apoio para adequação à legislação ambiental.

**Os desafios são muitos, mas as oportunidades também.** Por isso, o eixo de **Resiliência Climática e Sustentabilidade** do Programa Cidade Empreendedora é essencial para preparar os municípios para enfrentar as mudanças climáticas e promover práticas sustentáveis que assegurem o desenvolvimento econômico e social a longo prazo. Esse eixo requer a participação qualificada do vereador para uma nova abordagem desses temas na esfera municipal, com ênfase no marco regulatório para preparar o município para o enfrentamento de problemas crônicos na área ambiental que impactam no desenvolvimento das atividades produtivas e na vida da população. É preciso virar a chave e abraçar a sustentabilidade para se ter uma cidade verdadeiramente empreendedora, que cria riquezas e preserva o meio ambiente.

Vereador, vamos juntos construir essa pauta em seu município? Veja a seguir o quanto ela é **extensa** e instiga a pensar as soluções junto com a sua comunidade.



*A pauta da sustentabilidade é extensa e instiga o vereador a pensar em soluções junto com a comunidade*

# Quais as Medidas de Adaptação às Mudanças Climáticas?

**A**s mudanças climáticas apresentam desafios significativos para os municípios, exigindo a adoção de medidas que aumentem a resiliência das cidades e suas populações. As ações incluem:

## Infraestrutura Resiliente

Investimentos em infraestrutura que possa resistir a eventos climáticos extremos, como enchentes e secas, são fundamentais para proteger a população e os ativos econômicos.

## Planos de Ação Climática

Desenvolvimento de planos de ação climática que prevejam estratégias de adaptação, como a conservação de áreas verdes e a implementação de sistemas de drenagem eficientes.

## Produção e Uso de Energias Renováveis

O incentivo à produção e ao uso de energias renováveis é uma prioridade para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar os efeitos das mudanças climáticas. As energias solares, eólicas e de biomassa são alternativas viáveis para os municípios, que podem adotar políticas de incentivo à instalação de painéis solares em edifícios públicos e residenciais, ou ao uso de energia eólica em áreas rurais.

## Desenvolvimento de Negócios da Bioeconomia

A bioeconomia envolve a utilização sustentável dos recursos biológicos para a produção de alimentos, energia e outros produtos, contribuindo para a economia local e a preservação ambiental. Municípios podem apoiar o desenvolvimento de negócios da bioeconomia por meio de incentivos fiscais, apoio técnico e acesso a financiamento para iniciativas que utilizem recursos naturais de forma sustentável.



## Reflorestamento e Preservação de Recursos Naturais

O reflorestamento e a preservação de recursos naturais são ações vitais para combater as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e manter os serviços ecossistêmicos que sustentam a vida e a economia. Programas de reflorestamento e proteção de nascentes podem ser implementados para restaurar áreas degradadas e proteger os mananciais de água.

## Substituição de Combustíveis Fósseis

A substituição de combustíveis fósseis por alternativas mais limpas e sustentáveis, como biocombustíveis e eletricidade gerada a partir de fontes renováveis, é uma estratégia crucial para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e melhorar a qualidade do ar nas cidades. Incentivos fiscais para a aquisição de veículos elétricos ou híbridos e para a produção de biocombustíveis são medidas que os municípios podem adotar.

## Prevenção de Desastres Climáticos

A prevenção de desastres climáticos exige a criação de sistemas de alerta precoce, treinamento da população para situações de emergência e a implementação de políticas de

planejamento urbano que evitem a ocupação de áreas de risco. A legislação pode incluir medidas preventivas obrigatórias para construções em áreas vulneráveis, além de programas de educação e treinamento.

## Substituição de Combustíveis Fósseis

A logística reversa e a reciclagem de resíduos são componentes-chave para a sustentabilidade ambiental nos municípios. Políticas que incentivem a coleta seletiva, o reaproveitamento de materiais e a redução do desperdício são fundamentais para uma gestão eficaz dos resíduos. A regulamentação da logística reversa para embalagens, eletroeletrônicos e outros produtos é uma oportunidade de legislar em prol da sustentabilidade.



# Gestão de Resíduos Sólidos e Adequação à Legislação Ambiental

A gestão adequada de resíduos sólidos é uma das maiores responsabilidades ambientais dos municípios. A legislação pode prever:

## Planos Municipais de Gestão de Resíduos Sólidos



Elaboração e implementação de planos que incluam metas de redução, reutilização, reciclagem e disposição final adequada dos resíduos.

## Parcerias Público-Privadas (PPPs)



Incentivo à formação de parcerias para a construção e operação de aterros sanitários, usinas de compostagem e reciclagem.

## Educação Ambiental



Implementação de programas educativos para conscientizar a população sobre a importância da redução de resíduos e da reciclagem.

## Plano Urbano de Arborização

O Plano Urbano de Arborização é uma iniciativa importante para promover a qualidade de vida urbana e a resiliência climática. Arborizar áreas urbanas contribui para a mitigação de ilhas de calor, melhora a qualidade do ar e oferece espaços verdes que favorecem o bem-estar da população. A criação de um plano que defina as espécies mais adequadas para cada área, cuide da manutenção das árvores e integre a arborização ao planejamento urbano é essencial.

## Educação Ambiental nas Escolas

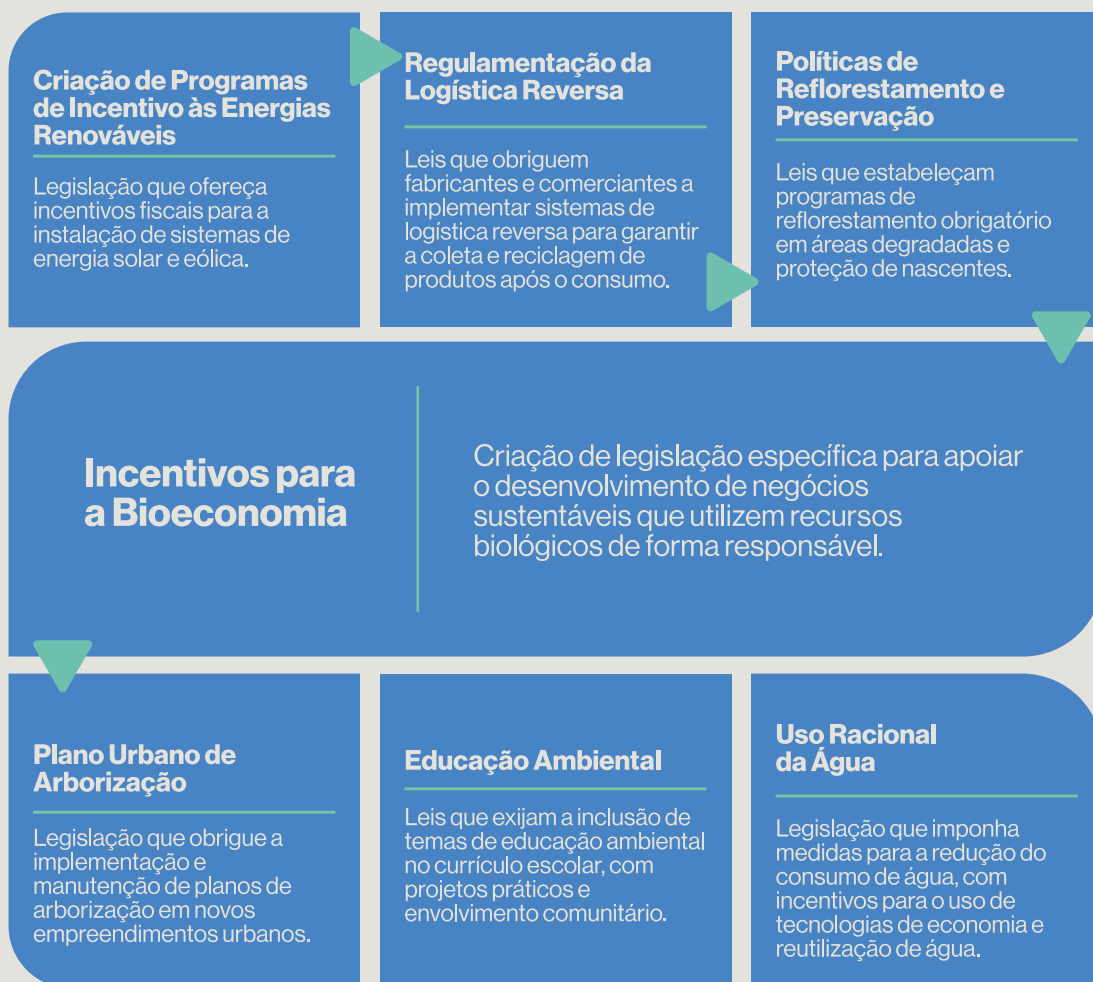
A **Educação Ambiental nas Escolas** visa formar cidadãos conscientes e responsáveis. Introduzir programas de educação ambiental no currículo escolar, que abordem desde a importância da reciclagem até a conservação de recursos naturais, prepara as novas gerações para os desafios ambientais. Incentivar projetos escolares como hortas comunitárias, programas de reciclagem e campanhas de economia de água são formas de engajar os jovens e suas comunidades.

# Uso Racional da Água

O **Uso Racional da Água** deve ser uma prioridade para todos os municípios, especialmente em regiões que enfrentam escassez hídrica. Programas de conscientização sobre o uso eficiente da água, incentivos para a adoção de tecnologias de economia de água e a implementação de sistemas de reaproveitamento de água em edificações públicas e privadas são medidas que podem ser adotadas.

## Tratativa de Demandas e Potenciais Demandas para o Vereador

As ações propostas no eixo de Resiliência Climática e Sustentabilidade podem gerar demandas legislativas, incluindo:



## O que vimos nesse eixo:

O eixo de **Resiliência Climática e Sustentabilidade** do Programa Cidade Empreendedora oferece aos municípios a oportunidade de se prepararem para as mudanças climáticas e adoção de práticas sustentáveis que promovam o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental.

A adoção dessas medidas requer um forte suporte legislativo, com a criação de leis que incentivem o uso de energias renováveis, a gestão adequada de resíduos, a educação ambiental e a proteção dos recursos naturais.

Vereadores desempenham papel fundamental na implementação dessas políticas para garantir que o município esteja preparado para enfrentar os desafios climáticos e aproveitar as oportunidades da sustentabilidade.

Procure a Sala do Empreendedor do seu município ou a prefeitura para conhecer as ferramentas que podem ser aplicadas e para discutir os meios de fazê-lo.

## Monte seu **BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS** no Eixo Resiliência Climática e Sustentabilidade.

### 1. Benchmarking Legislativo do eixo:

Como vereador empreendedor, você pode realizar benchmarking, uma estratégia de gestão aplicável ao legislativo visando aprimorar seu desempenho por meio da comparação com outras câmaras municipais ou órgãos legislativos, para obter insights valiosos e promover melhorias contínuas no processo de gestão legislativa. Esse processo deve ser feito de forma ética e legal, buscando identificar boas práticas, erros e acertos de outras instituições para aprimorar suas próprias atividades. O benchmarking pode envolver a comparação de processos, práticas e resultados para embasar decisões estratégicas mais acertadas. A coleta e uso responsável de dados nesse processo promovem uma cultura positiva, tornando-se um diferencial competitivo do seu mandato.

### 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

O brainstorming legislativo é uma prática que os vereadores podem adotar para gerar ideias inovadoras e encontrar soluções para questões pertinentes ao mandato. É uma forma de geração de pensamento criativo para novas ideias e soluções de problemas. O objetivo é incentivar a participação da população no processo legislativo e na formulação de políticas públicas. O brainstorming legislativo pode promover um ambiente inclusivo, onde todas as ideias são valorizadas e exploradas. O vereador pode reunir assessores, membros da sociedade, representantes de instituições e especialistas em determinado assunto, de forma online (por meio das mídias sociais, plataformas ou aplicativos) ou presencialmente, para participar do processo, com o intuito de fomentar uma discussão criativa e produtiva.

Durante a sessão de brainstorming legislativo, os participantes são incentivados a contribuir com suas ideias livremente, sem restrições ou críticas. O objetivo é gerar uma grande quantidade de sugestões, que posteriormente podem ser combinadas, aprimoradas e refinadas. Ao seguir um roteiro específico, como desenvolver um enunciado para o problema, enviar informações relevantes aos participantes e documentar as ideias apresentadas, o vereador pode garantir que o processo seja organizado e produtivo.

Após a sessão de brainstorming legislativo, avalia-se as ideias geradas para identificar aquelas mais promissoras para serem implementadas no mandato. Um relatório com as ideias selecionadas irá gerar o Banco de Ideias Legislativas. O brainstorming legislativo é uma ferramenta eficaz para promover a inovação, a colaboração e a criatividade, possibilitando que o vereador encontre soluções práticas e impactantes para os desafios que enfrenta em seu mandato.

# Como comunicar de maneira eficiente para os moradores da sua cidade:

▶ Pense nas consequências negativas de não se ter implantado esse eixo;

▶ Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Resiliência Climática e Sustentabilidade;

▶ Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações desse eixo?

▶ Pense em como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.

▶ Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

# Como construir a sua agenda de vereador empreendedor:

Pense nas consequências negativas de não se ter implantado esse eixo? \_\_\_\_\_

[Dotted grid area for notes]

Anote pelo menos três consequências positivas para a cidade ao apoiar as ações do Eixo Resiliência Climática e Sustentabilidade.

[Dotted grid area for notes]

Quais são os stakeholders (públicos de interesse) que podem ser mobilizados para implantar as ações desse eixo? \_\_\_\_\_

[Dotted grid area for notes]

Pense em como poderá estruturar e planejar a comunicação dessas mensagens, a fim de compartilhá-las efetivamente através de meios como rádio, mídias sociais, plenárias da câmara, reuniões públicas, materiais impressos, entrevistas, entre outros.

[Dotted grid area for notes]

Pergunte-se: como vou direcionar essas mensagens de maneira estratégica para o poder executivo, outros vereadores, empreendedores locais, moradores dos bairros sob minha atuação e autoridades políticas externas à cidade, como deputados estaduais, federais, senadores, secretários de estado e membros do poder judiciário?

[Dotted grid area for notes]

# 1. Benchmarking Legislativo baseado no Eixo Resiliência Climática e Sustentabilidade.

ELEMENTO DE ANÁLISE	Minha Cidade	Análise 1:	Análise 2:	Análise 3:

## 2. Faça um Brainstorming Legislativo:

The diagram consists of a central circle with the text "Conceito ou Assunto:" inside. This central circle is connected to eight surrounding rectangular boxes, each containing horizontal lines for writing. The boxes are arranged in a circle around the central circle, with four boxes on the left and four on the right. The central circle and the lines connecting it to the boxes are blue, while the boxes themselves are white with black outlines and horizontal lines.

**Conceito ou Assunto:**



Proposta de ação legislativa	Pontos negativos de não se ter	Pontos positivos	Público(s) de interesse	COMUNICAÇÃO						
				Plenário da Câmara	Rádio e TV	Impresso	Reuniões	Digital (livres, mídias sociais)	WhatsApp	Outro
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

# Sebrae – Inovação nas Políticas Públicas

## Inovação e Sustentabilidade:



<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/parceirodomunicipio/cidadeempreendedora/inovacao-e-sustentabilidade,88faf8298baaf810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

## ENAP - Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1126>

## ENAP - Introdução ao Desenvolvimento Urbano Sustentável



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1055>

## ENAP - Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Monitoramento e Avaliação



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1028>

## ENAP - Metodologias Educacionais Aplicadas à Temática Água e Sustentabilidade



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1012>

# Sebrae – Inovação nas Políticas Públicas

## ENAP - Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Gestão



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1030>

## ENAP - Instrumentos de Desenvolvimento Urbano Sustentável - Planejamento



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/1019>

## ENAP - Plano Diretor de Logística Sustentável: metodologia de construção, implementação e monitoramento



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/868>

## ENAP - Novo marco regulatório do saneamento básico



<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/492>





[ms.sebrae.com.br](https://ms.sebrae.com.br)